

# **A EFICÁCIA DO SERVIÇO PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E RENDA DO PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE BAURU**

*Cristiane Fátima de Souza  
Josiane Checheto  
Egli Muniz*

## **RESUMO**

O estudo cujo tema é “Avaliação de resultados do Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa Inclusão Produtiva” foi realizado nas entidades FUNDATO/ Naf – Real e Lar Escola Rafael Mauricio no período de fevereiro a novembro de 2008 e teve como objetivo desvelar os resultados do Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva desenvolvido junto aos territórios nordeste e oeste do município de Bauru e como objetivos específicos: conhecer o perfil das usuárias ao ingressarem no programa; constatar o índice de aumento de renda após o programa; verificar o índice de pessoas gerando renda através de empreendimentos formalizados e/ou solidários; constatar quais as principais causas que impossibilitam os usuários de gerar renda após o término do Serviço. Caracterizou-se como um estudo quanti-qualitativo, valendo-se de análise de documentos e da entrevista estruturada com utilização do gravador e observação sistemática junto às usuárias participantes do programa no período de julho a dezembro de 2007. Observou-se que o programa contribui para inserção no mercado de trabalho formal e/ou informal, proporcionando a geração ou aumento da renda dos sujeitos, bem como modificando o contexto familiar. Portanto, o Serviço foi avaliado como eficaz, e efetivador de direitos humanos.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade. Pobreza. Mercado de Trabalho.

---

\*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

\*\* Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

\*\*\*Possui graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino (1967), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), com foco na gestão da política de assistência social. É professora titular da Instituição Toledo de Ensino na disciplina de Gestão Social. Coordena o curso de pós graduação lato sensu em Gestão de Políticas Públicas e coordenadora do curso de graduação em Serviço Social.

## **ABSTRACT**

The study whose the title is “Preparation to the labor market and providing incomes program” (as part of the “Productive Inclusion Program: results evaluation”) was done in the entities FUNDATO/Naf- Real and Lar Escola Rafael Maurício between February to November 2008 had the objective to analyze the results of the Productive Inclusion Program developed on the north and west areas of the Bauru city. The specific objectives were: recognize the characteristics of newer users of the program; Note the increase of the incoming index after the program applies. Observe the index of incoming producers by formal ventures and/or solidarity; Detect the principals causes that impossible users to generate incomes, after the finish of the program. The present study was defined was a qualitative- quantitative study. It was conducted by analyze of documents, tapes recorded on the structured interview and by a systematic observation of the participants during the program from July to December 2007. The conclusion is that the program contribute for the insertion on the formal and/or informal labor market, providing or increasing incomes by the participants, as long as modifying the family context. Therefore, the program was evaluated was effective in accordance to the human rights.

Keywords: Vulnerability. Poverty. Labor Market.

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a sociedade brasileira vem passando por grandes mudanças ocorridas principalmente nas últimas décadas, pelo impacto da globalização e pelas consequências da política neoliberal a que o país está subordinado. Muitos dos efeitos dessas mudanças são evidentes, impossíveis de serem escondidos, principalmente no que tange a desigualdade social, em que há uma minoria que detém o poder político, social e econômico e uma maioria que excluída do acesso a bens e serviços que a sociedade brasileira vem produzindo tão intensamente na última década.

É fato que a realidade social brasileira apresenta claramente os reflexos do sistema econômico político vigente, que aparece de forma desigual, excluindo a população não só economicamente, mas também social, política e culturalmente. Esses reflexos são as expressões da questão social, ou seja, a pobreza, o desemprego, a baixa escolaridade, a fome, enfim, fatores que acarretam vulnerabilidades e riscos à população menos favorecida.

A Política de assistência Social, no seu bojo, a implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS (2004), objetiva o enfrentamento dessas questões, na efetivação dos direitos socioassistenciais de forma mais concreta e eficaz, através de ações territorializadas, observando a matricialidade sóciofamiliar, nesse sentido o SUAS, através do mecanismo das redes de proteção social básica e rede de proteção especial, trabalha o indivíduo e a família de forma ampla, analisando e procurando responder a suas necessidades.

O Programa de Inclusão Produtiva é desenvolvida pela rede de serviço sócio assistencial do município de Bauru e tem como público alvo a população encaminhada pelos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Na cidade de Bauru, os CRAS estão implantados nas regiões de maior vulnerabilidade e densidade populacional, sendo as unidades: IX de Julho, Nova Bauru, Jardim Ferraz, Ferradura Mirim, Parque Santa Cândida e Distrito de Tibiriçá, os quais desenvolvem o Programa de Inclusão Produtiva, que tem como objetivo capacitar os participantes em diferentes áreas, possibilitando geração de trabalho e renda, garantindo sua auto-sustentação, através de um processo de formação integrada que propicie o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de

gestão, contribuindo para a igualdade de oportunidades na hora da inserção no mercado de trabalho.

Ressaltamos que o Programa é desenvolvido por três fases. A primeira fase é denominada Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda e é desenvolvida pela rede de serviço sócio assistencial, que é desenvolvida em três módulos: módulo de aprendizagem, que compreende desenvolvimento de habilidades específicas, conhecimentos técnicos e competências; desenvolvimento pessoal, que busca facilitar a convivência grupal e as relações interpessoais estimulando a reflexão e respeito ao outro; módulo gerencial que compreende noções de autogestão, fundamentais para a gestão de trabalho e renda.

A segunda fase do Programa de Inclusão Produtiva compreende o Serviço de Incubação de Empreendimentos Solidários, executado pela Secretaria do Bem Estar Social – SEBES, através de parcerias com empresas e Universidades. E a terceira fase é o Serviço de Microcrédito que basicamente consiste na aquisição de material de consumo e equipamentos necessários à produção e geração de renda individual ou coletivamente, destinados aos usuários do Programa de Inclusão Produtiva.

Dentro deste contexto o presente trabalho teve como objetivo desvelar os resultados do Serviço de Preparação Para o Trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva desenvolvido junto aos territórios nordeste e oeste do município de Bauru.

Estabeleceu-se como hipótese do estudo que após realização dos módulos que compõe o programa, as usuárias passam a ter qualificação para a inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, pois além do módulo de aprendizagem, o programa também oferece o módulo gerencial, onde as usuárias têm a oportunidade de conhecer as exigências do mundo do trabalho atualmente e assim se adequarem as mesmas, e o módulo de desenvolvimento humano, onde são trabalhados os obstáculos encontrados na vida cotidiana. Devido a isto elas não saem apenas preparadas para desenvolverem habilidades práticas, mas também para enfrentar as dificuldades encontradas dentro do mercado de trabalho.

Para atingir os objetivos estabelecidos, a pesquisa utilizou-se dos métodos quantitativo e qualitativo, tendo por sujeitos 40 mulheres, usuárias do Programa de Inclusão Produtiva desenvolvido nas entidades FUNDATO/ Naf - Real e Lar Escola Rafael Mauricio em parceria com a (Secretaria do Bem Estar Social) – SEBES.

Para fundamentar teoricamente o estudo no primeiro capítulo buscou-se contextualizar a política de assistência social no Brasil, bem como as transformações que vem ocorrendo no mundo trabalho e os reflexos na parcela da sociedade que vive em situação de vulnerabilidade social.

No segundo capítulo tratou-se dos caminhos da pesquisa, ou seja, a apresentação da metodologia, utilizada para sua efetivação e no terceiro, foram apresentados os dados coletados e analisados interpretativamente. Finalmente, apresenta-se a conclusão final, na qual realizou-se uma apreensão geral acerca do que foi estudado.

Ressaltamos a importância da pesquisa em desvelar os resultados que o Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva tem proporcionado na vida das usuárias, visto que possibilitará a SEBES e aos profissionais que desenvolvem o serviço, estratégias ainda mais eficazes a fim de ampliar e qualificar os serviços prestados para população usuária.

## 2 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As políticas sociais são formas e mecanismos de relação e articulação de obtenção do consentimento do povo, da aceitação de grupos e classes de manutenção da ordem social. Estão vinculadas aos processos econômicos de manutenção do trabalho e das relações das riquezas (FALEIROS, 1992, p. 08).

Do ponto de vista do Estado, pode ser contextualizada como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sócias. Por trás da política social existe a questão social, definida sempre como busca de composição, pelo menos tolerável, entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente e a maioria marginalizada que sustenta.

Política Social não é ajuda, piedade ou voluntariado, mas o processo social por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade e, em conseqüência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial da desigualdade (DEMO, 1996, p.25)

De acordo com o artigo 1º da Lei orgânica da Assistência Social, de 1993 (LOAS), “ a Assistência Social, direito do cidadão e dever do estado, é política de seguridade social não contributiva, que prove os mínimos sócias, realizada por intermédio de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) materializa o conteúdo da LOAS (1993), cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. (Encarte da Revista Serviço Social e Sociedade, 2005, n.80, p 41).

### 2.1 O Sistema capitalista: as metamorfoses no mundo do trabalho

A globalização envolve riscos e ameaças não só aos trabalhadores, mas a comunidade como um todo, tais como, reduzindo o trabalho humano a uma mercadoria, estende as cadeias de subordinação do trabalho assalariado à escala

global; privados da propriedade e do controle sobre a empresa, os empregados não tem direito de participar das decisões sobre o que e como produzir, e como dividir os ganhos da produtividade; por outro lado, são presa da velocidade e do caráter não planejado da reestruturação industrial, que está provocando o desemprego maciço.

Em todo o mundo há uma percepção de mudanças significativas ocorrendo mudanças tão grandes que mal podemos compreender seu derradeiro impacto. A vida como a conhecemos está sendo alterada de modo fundamental.

Conforme Santos (1997, p.67) a tecnologia avançada é simplesmente uma forma de aumento da produtividade. Mas, com isto, serão necessárias um número de pessoas menor para realizar o mesmo trabalho ou conseguir o mesmo nível de produção. Portanto, vai haver muitas pessoas desempregadas, sem ter o que fazer. Há algumas soluções para esse fato; diminuir a produtividade ou inventar novos tipos de trabalho; ou ambos. Na realidade, as duas soluções já estão sendo postas em prática, não por governantes, mas pelos próprios trabalhadores.

A revolução tecnológica provocou uma grande mudança para os trabalhadores, fazendo com que os mesmos procurassem alguma forma de sobrevivência no mundo do trabalho, de acordo com Santos (1997, p.80).

O significado social do trabalho está associado às atividades realizadas por indivíduos e produzidos pela sociedade a qual eles pertencem. Essas atividades podem ser resumidas a rotina dos movimentos e força corporal.

O emprego, na forma assalariado do trabalho, se estabeleceu diante das alterações econômicas e sociais associadas à modernização da sociedade. (SANTOS, 1997, p. 113).

Portanto, o capitalismo enfoca o trabalho como despêndio de energia física e mental, contribuindo para a reprodução da vida humana, individual e social. Essa concepção significa que o trabalho constrói e transforma a sociedade e as relações que nela se estabelecem de um modo geral.

Ter empregabilidade implica uma certa polivalencia, escolaridade, condições de renda, conhecimentos, inclusive lingüísticos, e que não foram acessíveis aos pobres através das políticas vigentes, que tem privilegiado as classes medias. Na política educacional, por exemplo, os mais pobres não tem a mesma chance de permanência e progressão que os filhos da classe media. Mesmo a política de universalização genérica, mas não efetivada na prática, vem sendo hoje duplamente questionada, em quanto geradora de gastos sociais em benefícios gerais que criaram dependência, prejudicando a disponibilidade para

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 19, p. 01-80, jan/jun.2007.  
SOUZA, Cristiane Fátima; CHECHETO, Josiane; MUNIZ, Egli. A eficácia do serviço preparação para o trabalho e renda do  
programa de inclusão produtiva no município de Bauru.

o trabalho e quando ineficiência para o

acesso e a preparação no mercado (prejudicando a empregabilidade). Os pobres, mais uma vez, passam a ser culpados por sua despreparação as exigências e forma do processo de acumulação capitalista. (FALEIROS, 2001, p. 98).

Podemos citar também a defasagem salarial que se faz mais presente a cada dia que passa. A cada dia a família vive encolhendo suas compras e seus gastos.

Através desta breve pontuação histórica de um Brasil que perdeu seus referenciais e resvalou para a instabilidade e a crise, que faz parte de um mundo em crise, percebe-se que a crescente interdependência causada pela globalização da economia e os conseqüentes ajustes econômicos, ocorridos nos últimos dez anos, têm colocado a família brasileira em acelerado processo de empobrecimentos, alterando profundamente sua estrutura, seu sistema de relações, papéis e formas de reprodução social. (CARVALHO, 1995 p. 9)

A autor afirma, ainda, que um crescimento no avitalmento salarial, seguido de forte recessão e alto processo inflacionário, a par da modernização tecnológica na produção, defasou enormemente os ganhos familiares nas ultimas décadas, lançando ainda no desemprego ou subemprego grandes contingentes de chefes de família.

Teixeira (1998, p. 17) ressalta que:

Estas transformações atingem as esferas do ser humano e tudo é visto como se o mundo passasse a exigir a partir de agora. Está presente a perda dos referenciais utópicos e abandonou-se qualquer esperança sobre o futuro. Tudo se passa como se o antes e o depois tivessem se dissolvido para dar lugar unicamente ao presente, não tem mais relação com o passado e não trás mais, em suas entranhas, o dever de uma sociedade diferente da imediatamente existente. É o fim da história.

A população, atualmente, está sofrendo as conseqüências de um típico país do terceiro mundo, que desde os primórdios não investiu na educação, qualificação profissional, etc, fazendo da educação uma mercadoria a qual só ao privilegiados tem acesso, porque podem comprá-la, conseqüentemente somente esses estão aptos a competir no mercado global.

A origem da globalização provem da necessidade, de expandir a economia, refletindo a lógica do projeto de civilização burguesa, ou seja, dominar o mundo

politicamente e economicamente. Este é o ponto relevante, tendo em vista que o sistema capitalista se embaça em contradições, divergências, lutas etc.

O trabalho humano está sendo sistematicamente eliminado do processo de produção. Em menos de um século, o trabalho “em massa” no setor do mercado será provavelmente eliminado em praticamente em todas as nações industrializadas do mundo. Conforme (RIFKIN, 2004, p. 03).

Uma nova geração de sofisticada tecnologia de informação e de comunicação está sendo introduzida aceleradamente nas mais diversas situações de trabalho. Máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, forçando milhões de trabalhadores de escritório e operário para as filas do desemprego ou pior, para as filas do auxílio desemprego.

Economistas nos dizem que os números crescentes do desemprego representam “justes” de curto prazo as poderosas forças impulsionadas pelo mercado, que estão acelerando a economia de um excitante novo mundo de produção automatizada de alta tecnologia, comércio global em franco desenvolvimento e abundancia material sem precedentes.

Enfrentando o dilema entre a crescente concorrência global e encargos trabalhistas cada vez maiores, as multinacionais parecem determinadas a acelerar a transição entre trabalhadores humanos e seus substitutos mecanizados. Seu ardor revolucionário ultimamente tem sido incentivado por considerações irresistíveis sobre a linha de lucro. Empresas estão se apressando em substituir sua força de trabalho por novas tecnologias de informação e de telecomunicações. (RIFKIN, 1995, p. 06).

Enquanto os administradores procuravam incorporar as novas tecnologias a informação as tradicionais estruturas e processos organizacionais, os novos computadores de ultima geração e os mecanismos da informação ficaram impedidos de render todo seu potencial. Mas, recentemente, as corporações começaram a estruturar o ambiente de trabalho para torná-lo compatível com a nova cultura das maquinas de alta tecnologia.

Segundo Santos (1997, p. 123), a contínua escalada do desemprego a cada década

torna-se ainda mais problemática quando acrescentamos o número cada

vez maiores de trabalhadores de meio período a procura de emprego em tempo integral e o número de trabalhadores desmotivados que já não procuram mais emprego. O ponto a ser enfatizado é que mesmo dando margens a quedas na taxa de desemprego em curto prazo, a tendência é para taxas de desemprego sempre crescentes.

A introdução de tecnologia mais sofisticadas associadas a ganhos de produtividade significa que a economia global pode produzir um número cada vez maior de bens e serviços empregando uma porcentagem cada vez menor da força de trabalho disponível.

Marx (*apud* IAMAMOTO, 2001, p. 16), prognosticou que a maior automação da produção acabaria por eliminar completamente o trabalhador. O filósofo alemão previu o que ele eufemisticamente chamou de a (derradeira metamorfose do trabalho), quando um sistema automático de maquinaria finalmente substituiria seres humanos no processo econômico. Marx previu uma progressão constante de substitutos mecânicos cada vez mais sofisticados para mão de obra humana. Afirmava que cada salto tecnológico transforma as operações do trabalhador cada vez mais em operações mecanizadas, até que em determinado ponto o mecanismo pode tomar seu lugar. Assim, podemos ver diretamente como uma determinada forma de trabalho é transferida do trabalhar para o capital, na forma de máquina, e seu poder de trabalho desvalorizado, como resultado dessa transposição. Portanto, temos a luta do trabalhador contra a máquina. O que acostuma ser atividade do trabalhador passa a ser atividade da máquina.

O autor ainda acreditava que o esforço constante dos produtores em continuar substituindo o trabalho humano por máquinas, acabaria se mostrando contraproducente.

Eliminando a mão de obra humana do processo produtivo e criando um exército de reserva de trabalhadores desempregados, cujos salários poderiam ser forçados cada vez mais para baixo, os capitalistas estavam cavando sua própria sepultura, pois haveria cada vez menos consumidores com suficiente poder aquisitivo para comprar seus produtos.

Muitos economistas ortodoxos concordaram parcialmente com a análise de Marx. Estavam dispostos a admitir que os ganhos em produtividade e a substituição de homens por máquinas criavam um exército de reserva de desempregados. Mas, ao contrário de Marx, muitos entenderam a demissão tecnológica como um mal

necessário para fomentar a prosperidade global da economia. “Liberando” trabalhadores, os capitalistas estavam fornecendo um contingente de mão de obra barata que poderia ser absorvida por novas indústrias que, por sua vez, poderiam usar a mão de obra excedente para aumentar seus próprios lucros. Os lucros poderiam ser reinvestidos em novas tecnologias economizadoras de mão de obra, que poderiam mais uma vez, dispensar trabalhadores, reduzir custos unitários e aumentar as vendas criando um ciclo perpetuo e ascendente de crescimento econômico e prosperidade.

A atual globalização, porém, por estar centrada numa competição que só polpa os grupos econômicos que tem maior poder e controle de capital e de mercados, envolve riscos e ameaças não só aos trabalhadores, mas a humanidade como um todo, pois reduzindo o trabalho humano a uma mercadoria, estende as cadeias de subordinação do trabalho assalariado a escala global. Privados da propriedade e do controle sobre a empresa, os empregados não tem o direito de participar das decisões sobre o que e como produzir e como dividir os ganhos da produtividade. Por outro lado, são preza da velocidade e do caráter não planejado da reestruturação industrial, que está provocando o desemprego maciço. Os funcionários públicos também estão sendo demitidos à medida que os governos locais e nacionais se conformam em adotar reformas neoliberais, destinadas a promover a globalização. O resultado final tem sido o desemprego em massa, aberto e oculto, e os empregos marginais e sub-remunerados numa economia informal cada vez mais extensa, e condições de trabalho e de vida cada vez mais precárias como resultados dos cortes nas despesas publicas e das mudanças da legislação que eliminam direitos reconhecidos dos trabalhadores.

A globalização não é apenas palavra da moda, mas a síntese das transformações radicais pelas quais vem passando a economia mundial dos anos 80. (FONSECA, *apud* SOROS, 1997, p. 2).

Para Arruda (1996, p.61), existe outro motivo de seria preocupação: A evidencia de uma concentração cada vê mais aguda de renda e de riqueza reduz o conceito de desenvolvimento, identificando-o a crescente economia e a modernização e eficiência produtiva no nível da empresa, tomada abstratamente de forma isolada. A globalização, como relação entre agentes econômicos, em conseqüência, é concebida como relação entre agentes isolados que interagem a

partir dos seus interesses meramente individuais, numa disputa de vida ou morte, chamadas competições.

O capitalismo, porem, como um modo de produção antagônico, que traz em seu seio a marca da desigualdade, da posse privada de bens, da exploração da força de trabalho, realizou sua marcha expansionista sob o signo da contradição.

A construção da consciência de classe exigia o desmascaramento das ilusões criadas pelo capitalismo, assim como, com a força de uma determinação essencial, exigia também o transito para o nível da compreensão política das contradições inerentes a sociedade capitalista (MARTINELLI, 2000, p. 113).

O quadro estrutural de nossa sociedade é marcado por uma problemática na qual predomina a sociedade privada dos meios de produção, a lógica capitalista, que valoriza o acúmulo de riqueza para alguns, em detrimento dos outros.

É a partir de nova desordem capitalista caracterizada pela nova revolução tecnológica, das novas técnicas de gerenciamento produtivo da onda neoliberal da globalização sob a égide do capital, que surge às condições para um novo patamar de acumulação do capital, principalmente em decorrência do debilitamento do poder objetivo da classe operaria, com o desemprego. (TEIXEIRA, 1998. p. 119).

O desemprego na indústria e comércio continua a aumentar, a revolução tecnológica não só está automatizando a produção industrial, mas também o comércio, a distribuição de mercadorias, a maneira como o consumidor adquire os produtos. As soluções de trabalhar em casa por meio período e terceirização não constituem soluções contra o desemprego.

Os trabalhadores têm de começar a planejar seu ganha pão e investir seus esforços no sentido de tornarem-se responsáveis pelo seu destino. Existe grande possibilidade de grande crescimento de trabalhadores autônomos.

A crise econômica que assola o mundo e o Brasil é a causadora da pauperização da população brasileira. Esta é uma afirmação freqüente utilizada no senso comum. Com isto, a pauperização e a desigualdade

social são atribuídas a uma situação circunstancial por que pela qual a sociedade atravessa. (SPOSATI, 1992, p. 14).

Santos (1997, p. 64) relata que a revolução tecnológica está causando desemprego, porém esta não é a única causa do desemprego mundial, mas a causa principal. A sociedade industrial está em busca do máximo em eficiência e produtividade.

Nos últimos dez anos, com o aumento do número de computadores e dos robôs, a produção industrial se automatizou tanto que o número de empregados na indústria começou a diminuir, em termos absolutos. O desemprego não atinge só os operários e os trabalhadores menos qualificados, mas todos os níveis da empresa, desde diretores até secretarias, passando pelos engenheiros, administrativos, entregadores, etc. O desemprego é contagioso, Na opinião de Santos, quando a febre das demissões pega, nenhuma seção escapa.

Esse movimento complexo e de definição caracterizado por mudanças em diferentes esferas da sociedade mundial e que altera as relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que de modo desigual e contraditório. (IANNI, 1992, p.39).

A revolução tecnológica não é só um conjunto de novas tecnologias, mas mudanças no modo de viver e trabalhar, no passado os trabalhadores encaravam o trabalho como uma coisa permanente, garantindo, quando o jovem decidia que estava na hora de trabalhar era só sair em busca do emprego perfeito. Isso se aplicava tanto ao trabalhador mais modesto como as profissões de nível universitário a ao profissional mais qualificado, o emprego fixo vinha com todas as regalias de padrões paternos e direitos de governo maternos.

Neste fim de século, uma combinação de fatores: tecnológicos avançada, recessão econômica, teorias de economistas, globalização e governos incapazes estão provocando uma crise de desemprego sem precedentes, porque no passado a maioria dos desempregados pertencia ao grupo dos trabalhadores braçais ou manuais, sem treino ou com poucas qualificações, hoje o desemprego é

generalizado, atinge tanto os trabalhadores com menos qualificação, como os mais qualificados, afetando os níveis da administração e da gerência, nas empresas privadas e no serviço público, ninguém escapa.

Nesta altura, percebe-se que empregos daqui para frente serão coisas transitórias, temporárias, com poucas regalias, e que no decorrer de uma vida de trabalho haverá muitos períodos de folga forçada.

Conforme Santos, (1997, p. 69), é o fim da ilusão de ter um bom emprego e fixo estabilidades e grandes salários.

Surge neste contexto, o trabalho polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal da empresa. O trabalhador especializado e também o Assistente social, sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições. (IAMAMOTO, 1999: p. 32).

Quando se fala em revolução tecnológica, imediatamente vem à cabeça das pessoas imagem de um computador, mas revolução tecnológica não é só computadores, é o aumento da produtividade humana através de um numero enorme de novos aparelhos, e isso também é em parte verdade. A outra metade dessa verdade é que esse aumento já está causando, e causará cada vez mais, uma grande mudança na vida das pessoas, mudança no trabalho, na sociedade e na mentalidade dos indivíduos.

Em termos simplistas, a revolução tecnológica é a substituição do trabalho intelectual por computadores, da mesma maneira que a revolução industrial substitui o trabalho manual pelas máquinas.

O que os computadores jamais serão capazes de substituir é o pensamento criador. Diz os fanáticos pela tecnologia que isso é só uma questão de tempo, os computadores só são capazes de pensar a partir dos dados que têm, eles não saem por aí a procura de novos dados e programas.

Os programas, no final de contas, são feitos por homens pensadores. No dia em que os computadores puderem pensar por si mesmos e terem idéias originais, deveremos tornar compulsório o implante deles nas cabeças de boa parte dos

políticos e planejadores econômicos do mundo todo, e providenciar ao mesmo tempo em que seja desligado o cérebro biológico deles.

Mas a coisa não para aí, se fosse só a substituição do trabalho intelectual, mesmo o criativo, não iria haver o problema do desemprego, pois não há muitos intelectuais no mundo. O perigo é que estão colocando os computadores dentro de “homens de aço” (os robôs) com armas e mãos, e às vezes as pernas para substituírem também o trabalho manual. Isso vai resultar em desemprego, as máquinas estão ligando-se e desligando automaticamente, tomando decisões, descobrindo os próprios defeitos, avaliando e corrigindo o próprio desempenho, isso também vai resultar em desemprego.

Nos próximos dez anos a economia mundial vai melhorar, mas com uma diferença: a prosperidade não vai mais se concentrar nos países ricos e sair em contra gotas desses para os países pobres. Todo o mundo já sabe os países do terceiro mundo é que vão liberar essa nova ascensão econômica e reter um boa, senão a maior parte dessa nova prosperidade. Essa será a verdadeira nova ordem mundial. (SANTOS 1997, p.34).

Num primeiro momento havia uma determinada preocupação com o bem estar social dos indivíduos. A sociedade era mais humana e a modificação desse quadro na atualidade, fica mais evidente quando percebemos que ao mesmo tempo em que existe um crescimento na produção de bens materiais e serviços, forma-se um enorme contingente de excluídos dentro do mundo do trabalho. Cada vez mais exigente de pessoal qualificado. Como explica (HARMAN; HORMANN, 1997, p. 33).

O enriquecimento depende cada vez menos de trabalhos rotineiros, que envolviam pouco treinamento ou nenhuma especialização, e cada vez mais da contribuição do capital e de um trabalho técnico e altamente especializado.

E cada vez mais as taxas de desemprego tem aumentado, trazido pelas novas

tecnologias. Sobretudo, nas regiões periféricas, pois estes sempre estão na retaguarda em relação ao aporte ou surgimento das novas tecnologias. Tão

necessárias que são para atender uma demanda cada vez mais ávida por consumo de novos produtos que a técnica permite.

As habilidades mínimas de saber ler, escrever e operar números já não são suficientes para dar conta da interação do trabalho com as mudanças trazidas pela globalização. Uma integração no contexto atual com vistas a desempenhar um papel na atividade econômica exige também a capacidade de lidar com conceitos abstratos, trabalhar em grupo e empregar as potencialidades da tecnologia. Isso significa que o mercado atual exige novas qualificações e habilidades a praticamente todas as demais profissões, em um processo de reorientação de cargos e ocupações.

Considerando o grau de instrução da população, constata-se que aos que contam com nível menor de escolaridade restam as posições de doméstica, autônomo, dono de negócio familiar e trabalhador familiar, posições fortemente relacionadas com atividades informais. Essa é mais uma evidência do papel que o setor informal exerce como alternativa de ocupação para aqueles que têm dificuldade em serem absorvidos pelo formal devido a sua menor instrução. Conforme cita o autor Pochmann (1999,p.65)

Na década de 90, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho assumiram maior destaque, consolidando a tendência de redução do assalariamento com registro e de expansão do desemprego e de ocupações não-organizadas (trabalho informal).

O assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos.

Conforme a Agência Brasil o emprego no setor informal se mantém muito alto, representando 48,5% do total de empregados urbanos. Em cada dez novos empregos conseguidos nas cidades da América Latina, cinco são ocupados no mercado informal.

O mercado de trabalho apresenta problemas estruturais que “é necessário abordar para combater a pobreza, sendo um desses problemas uma persistente

desigualdade nos rendimentos, acompanhada por um desemprego muito mais forte entre aqueles que estão sob condições de desvantagem econômica”.

Sabemos que, embora as inovações tecnológicas e os ganhos de produtividade sejam desejáveis para sociedade como um todo, eles podem ter um impacto distributivo perturbador. Trabalhadores com renda relativamente mais elevada acabam sendo beneficiados, podendo gerar uma piora na distribuição de renda. Daí ser fundamental investir na qualificação da mão de obra, de forma a oferecer aos grupos mais pobres a possibilidade de acesso às novas tecnologias.

Os desafios das políticas de geração de emprego e renda para os grupos mais vulneráveis à pobreza são combinar sua dimensão emergencial com estrutural, quebrar o ciclo de reprodução da pobreza e articular tais políticas a um projeto de governo de desenvolvimento econômico.

## 2.2 Desigualdade e Vulnerabilidade Social

A base das desigualdades está na exploração do indivíduo, e o Estado, ao aparecer como consensual vem esvaziar as lutas de classes e controlar os movimentos sociais, concedendo certos mínimos históricos exigidos pelas classes subalternas, mostrando seu compromisso com as classes dominantes.

Sposatti (1985, *apud* YAZBEK, 2006, p.20-21) considera que:

Sabemos que, em uma sociedade assentada na exploração de poucos sobre muitos, como é a sociedade brasileira, as políticas de corte social, ao regularem as relações sociais não só favorecem a acumulação e oferecem bases para a legitimação do Estado, como reproduzem a dominação. Do ponto de vista político, além de encaminhar para frentes menos conflitivas as relações entre capital e o trabalho, essas políticas têm o objetivo de estancar e minimizar as tensões sociais e manter as bases de apoio do estado, conferindo uma face mais humanitária ao capitalismo. Do ponto de vista econômico, interferem no próprio processo de reprodução social da força de trabalho ao possibilitar o acesso a recursos sociais.

Além dos canais clássicos de acesso aos bens e serviços típicos da cidadania, existem hoje, novos canais e mecanismos introduzidos com o propósito de conferir poder aqueles que são privados de fato, do acesso ao consumo de bens de cidadania. Entre os clássicos, distingui-se os pertencentes à esfera do Estado que são os sistemas públicos de educação e saúde, o aparato da Justiça, o sistema de Seguridade Social e a regulamentação do acesso ao mercado de trabalho. Entre as novas formas de acesso ou inclusão, se tem a participação e controle social, viabilizados pelo Orçamento Participativo e os Conselhos de Direitos, programas implementados por Organizações Não Governamentais - ONGs, organizações filantrópicas e os movimentos sociais.

Jacobi (1989, *apud* YAZBEK,2006, p.35) aponta que:

Sabendo que a política social no Brasil tem funcionado ambigualmente na perspectiva de acomodação das relações entre o Estado e a sociedade civil e, desde logo, cabe observar que as políticas sociais no contexto das prioridades governamentais, nos últimos vinte anos, vêm-se caracterizando por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos, configurando “o aspecto excludente que marca os investimentos sociais do Estado.

De acordo com Demo (2002, p.38) não se deve definir a pobreza como destituição material, mas sim tomá-la como processo de repressão do acesso a vantagens sociais relevantes, pois:

Pobreza não se restringe à carência dada, natural, mas inclui aquela produzida, mantida, cultivada, por conta do confronto subjacente em torno do acesso a vantagens sociais, sempre escassas em sociedade. Ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter e sobretudo de ser, o que desvela situação de exclusão injusta. O cerne da pobreza é o massacre da dignidade humana, observado mais fácil ou imediatamente através de indicadores quantitativos, que escondem, por trás, problemática muito mais complexa e profunda.

O desafio de construir, afirmar e consolidar direitos, dadas às ameaças e as

dificuldades que hoje se antepõem referindo-se aos direitos de cidadania e, particularmente, aos direitos sociais, segundo ele, estariam à beira do precipício,

prestes a desaparecer ou a perder a legitimidade de que se valeram no decorrer do século XX.

A criação de postos de trabalho, em qualidade e quantidade suficientes para alterarem as condições de vida da população brasileira, depende de políticas macroeconômicas. Mas depende, também de uma série de políticas a nível microeconômica, que podem afetar, de um lado, a qualificação dos trabalhadores e de outro, a organização do mercado de trabalho, criando condições de geração de renda e fazendo com que os ganhos do trabalho aumentem sua importância relativa, em relação aos ganhos do capital.(SCHWARTZMAN, 2004, p.179-180).

De acordo com Martins (1997, p.21-22) convém ter presente que a exclusão não se explica apenas pelo fenômeno em si, mas também, e sobretudo, pela interpretação que dele faz a vítima. Esse outro aspecto da exclusão, que sugere a importância e a necessidade de uma fenomenologia dos processos sociais excludentes. Não só produz ela uma reinclusão em relações sociais precárias e marginais, como produz também uma reinclusão ideológica no imaginário da 23 sociedade de consumo. A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente.

No entanto, a nova desigualdade se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma, em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas, as oportunidades são completamente desiguais. A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos.

Segundo Martins (1997, p.16-19) todos os problemas sociais passam a ser atribuídos mecanicamente a essa coisa vaga e indefinida a que chamam exclusão, como se a exclusão fosse um deus-demônio que explicasse tudo. Quando, na verdade, não explica nada. Ao contrário, confunde a prática e a ação da vítima, que anseia por justiça e por transformações sociais. De repente, essa categoria tão extremamente vaga que é a de exclusão, substitui a idéia sociológica de processos de exclusão sendo estes entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização. O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-as dos direitos

que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações, injustiças, carências.

Nessa prática equivocada, a exclusão deixa de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um estado, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal. Como se a exclusão fosse o resultado único, unilateral, da dinâmica da sociedade atual.

Portanto, pode-se dizer que a exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de esperança. É isso, em termos concretos, o que vulgarmente se chama de pobreza. É preciso, pois, estar atento ao fato de que, mudando o nome de pobreza para exclusão, pode-se estar escamoteando o fato de que pobreza hoje, mais do que mudar de nome, mudou de forma, de âmbito e de conseqüências. Se está longe do tempo em que pobre era quem tinha apenas o que comer. Sem contar que a realidade da pobreza inclui hoje, mais do que a comida, além de incluir a negação subjetiva da pobreza por parte dos pobres. A privação hoje é mais do que privação econômica. Há nela, portanto, certa dimensão moral. A velha pobreza oferecia ao pobre a perspectiva da ascensão social, com base em pequenas economias feitas às custas de duras privações ou por meio da escolarização e do estudo dos filhos e netos, quando possível. A nova pobreza já não oferece essa alternativa a ninguém. Ela cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável

### 2.1.1 Conceitos sobre a Pobreza e a Exclusão social

De acordo com Telles (1990, p.37) falar da pobreza na sociedade brasileira torna-se um paradoxo, pois esta aparece como um efeito perverso do

desenvolvimento econômico, cobrando seu tributo através da legião de excluídos e deserdados que atemoriza a elite. É vista como carência que clama pela ação tutelar e assistencial do Estado para minorar a desgraça dos “descamisados”, figura do necessitado, perversa em que os direitos se transformam em ajuda, a participação em tutela, à justiça em caridade e a pobreza em estigma.

Segundo Schwartzman (2004, p.14) a pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade e sempre vieram acompanhadas de fortes sentimentos morais. Enquanto a corrente de pensamento do inglês Thomas Malthus (Séc. XVIII), que ainda hoje tem adeptos, afirma que uma parte, talvez a maior, dos problemas da pobreza é culpa dos próprios pobres, que não tem determinação e força de vontade para trabalhar.

Schwartzman (2004, p.13) considera que:

As causas da pobreza, são duas: voluntárias e involuntárias, mas para as ciências sociais, as causas não podiam ser individuais, mas estruturais: exploração do trabalho pelo capital; o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos; e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que as impediam de ter consciência dos próprios problemas e necessidades.

Essa pobreza voluntária é baseada na corrente do inglês Thomas Mathus, que entendia a principal causa da pobreza a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema seria resolvido facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Assim, minorar a miséria só agravaria os problemas, pois alimentados, eles se reproduziriam mais ainda. A solução seria educá-los para que aprendessem a se comportar, ou então deixá-los a própria sorte.

Uma outra versão sobre a pobreza, foi apresentada pelo protestantismo no século XVI, que via a riqueza como um sinal do reconhecimento de Deus, das virtudes das pessoas, e na pobreza uma marca de condenação.

Já na visão Malthusianista colidia com o valor da caridade tão presente na tradição judaica, cristã e de outras religiões.

Michael Katz historiador norte-americano do século XIX, tratou o tema das ideologias da pobreza, em seu país, como sendo absurdo imaginar a abolição da mesma. Os recursos são finitos e a vida é dura. A questão para ele é a de quem deveria receber ajuda? De que maneira a caridade deveria ser administrada? Para responder estas questões era necessário classificar as pessoas.

Katz ainda mostra que a Inglaterra através das poor laws – Lei dos Pobres - do século XIX, assim como nos Estados Unidos, na mesma época, dois tipos de classificação foram experimentadas. A primeira foi o critério da proximidade, isto é, os parentes, vizinhos, concidadãos e não os desconhecidos, estranhos ou estrangeiros. Esta visão tinha um sentido moral e podia refletir a visão dos recursos finitos e disponíveis das necessidades infinitas dos pobres.

A outra classificação distinguia a pobreza involuntária, dos órfãos, doentes, viúvas, da pobreza voluntária, e por isso indigna, das pessoas saudáveis que não queriam trabalhar para se manter.

Katz classificava a pobreza como pobreza e mendicância; a pobreza era entendida como uma condição natural, em situações especiais, as pessoas ficavam desvalidas e merecedora de amparo, a mendicância era uma deformação de caráter e assim indigna de apoio e ajuda.

A indicação de que a desigualdade deve ser reduzida para erradicar a pobreza, sugere uma idéia apressada de que pobreza pode ser erradicada definitivamente, supondo-se que a pobreza seja apenas carência material.

Franco (2000, p.17) afirma que:

Uma conceituação de pobreza não poderá se basear, unicamente, em critérios de renda, se quisermos levar em conta as relações intrínsecas entre pobreza, vulnerabilidade e exclusão social que caracterizam a complexa situação social brasileira. Se os pobres são aqueles que não atingiram um contingente muito maior, formando por aqueles que não alcançaram também patamares mínimos de riqueza, conhecimento e poder.

Campos (2003, p.27 e 28) considera que exclusão é:

Um todo que se constitui a partir de um amplo processo histórico determinado que acompanha, em maior ou menor grau, a evolução da humanidade. As raízes de sua manifestação foram identificadas por alguns e pronunciadas por muitos ao longo do tempo. Um exemplo da interpretação de sua manifestação pôde ser observado no século XVIII, quando o pensador Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) pronunciou-se a respeito da desigualdade entre os homens. A partir de sua obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, em 1755, foram lançadas as bases que seriam mais tarde associadas ao conceito de exclusão. Mesmo sem ter utilizado o termo exclusão, Rousseau contribuiu suficientemente para identificar os dois tipos de desigualdades que atingiam a espécie humana.

Na visão de Paugam (2003, p.14) a pobreza pode ser concebida de forma estática e como mensuração, trata-se de processo que empurra, progressivamente, para fora da esfera produtiva aqueles segmentos populacionais menos qualificados, é de fato a desilusão na crença de que o progresso traria bemestar para todos, evidenciando não se tratar de um fenômeno individual, mas sim social.

Porém, o conceito de exclusão segundo o referido autor, permanece até hoje amplo, difuso, implícito à questão das desigualdades sociais, tornando necessária pesquisas científicas que concebam soluções ou mecanismos de intervenção neste fenômeno.

Atkinson (1998, *apud* PAUGAM, 2003, p.16-17) aponta que:

O conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto a processos quanto a situações conseqüentes (...) Mais claramente que o conceito de pobreza, compreendido muito freqüentemente como referindo-se exclusivamente à renda, ele também estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das praticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade (...) ele vai mesmo além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços.

Portanto, pode-se considerar que exclusão social é a negação da cidadania, é o aviltamento do estatuto universal da condição humana, refere-se a estigmatização a discriminação. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa.

Alcança valores culturais, discriminações, isto pode significar que o pobre pode ser discriminado por ser pobre, mas a exclusão inclui abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não

passam pela pobreza situação do sujeito que está totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros, que não constituem uma unidade social de pertencimento.

A exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço.

Para Schwartzman (2004, p.34-38) o tema exclusão social no Brasil não pode deixar de conter uma análise dos direitos sociais, legalmente estabelecidos, como também entender a dinâmica: o processo que gera, recria a exclusão?

Acredita-se que entram em jogo aqui, fatores de ordem econômica, social, política e cultural. São múltiplos, dinâmicos e interdependentes os mecanismos que cerceiam a cidadania plena e mantêm tantos membros de uma nação alijados de direitos de jure assegurados a todos. Nesse sentido é que se fala em dimensão econômica, cultural e político-institucional dos processos de exclusão. Exatamente por esses três aspectos estarem, na prática, interligados de forma íntima e complexa, é importante separá-los analiticamente, de modo a sacrificar a complexidade em favor de maior clareza.

O autor ainda (2004, p.176) coloca que a estrutura social de um país é dada pela sua estrutura demográfica, sua ocupação, a distribuição da riqueza entre seus habitantes e sua distribuição espacial e geográfica. Entram nesse grande painel a existência de divisões de natureza étnica e cultural, e o que se pode denominar capital humano, a educação.

Segundo Becker (2000, p. 63) a pobreza :

Deve ser examinada do ponto de vista estrutural, relacionada ao modelo de desenvolvimento que privilegia a concentração da riqueza e é determinada em grande parte, por políticas de ajuste internacionalmente impostas e que acarretam significativos cortes orçamentários na área social.

As ações de enfrentamento à pobreza, muitas vezes, ainda são marcas do assistencialismo, do clientelismo, conseqüentemente, os laços familiares são enfraquecidos, o aumento de crianças e adolescentes que ingressam precocemente no mercado de trabalho, abandonando a escola, passando muito deles a viver na rua. Como pontua Becker (2000, p.63) “se abandono existe, não se trata de crianças

e adolescentes abandonados por seus pais, mais de famílias e populações abandonadas pelas políticas públicas e pela sociedade”.

Silva (2003, *apud* YAZBEK, 2006, p. 27 - 28) afirma que:

A pobreza certamente não será debelada tão somente pelas políticas sociais, muito menos se estas são tópicos de caráter emergencial, como tem sido no Brasil. A articulação das políticas sociais é pressuposto fundamental para priorização da área social, não numa perspectiva de mera subordinação destas àquelas, mas como reconhecimento de que o desenvolvimento econômico não se faz sem desenvolvimento social e que este pode prescindir do progresso econômico.

Assim a pobreza brasileira ao ser analisada percebe-se a sua complexidade, pois é marcada por desvantagens relativas e discriminações que combinam de maneira perversa, produzindo e perpetuando-a, através de gerações sucessivas, vulnerabilidades e exclusões de vários tipos. Pobreza portanto, não é insuficiência de renda, mas insuficiência de desenvolvimento. E este não deve ser identificado restritamente como crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização.

### 3 POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A sociedade brasileira, por um lado, presencia a modernização tecnológica e a valorização do mercado; de outro, acompanha-se a crescente desvalorização e subalternização das condições humanas, resultantes das desigualdades sociais e da concentração capitalista.

Frente aos reflexos das transformações sociais, está o cidadão das camadas populares, desprotegido e explorado pelo capital.

Ressaltamos que a contextualização do SUAS, terá como objetivo, demonstrar a diversidade e a totalidade no atendimento voltado para os usuários, como o serviço em foco e sua importância na busca de gerar renda.

Será avaliado em seu decorrer, as transformações no mundo do trabalho e sua interferência na realidade do usuário que busca sua autonomia e auto sustentação.

Entendemos que o trabalho realizado pelos institutos Naf Real e Lar Escola Rafael Maurício será fundamental para a avaliação do serviço, já que o mesmo vem sendo desenvolvido com êxito e com objetivos definidos.

Acredita-se que existe possibilidade de investir na qualidade do processo de gerar renda do usuário, já que existe o regulamento constitucional e legal, faz-se necessário buscar estratégias para transpor a questão e construir no cenário onde se efetiva a cidadania.

O Plano Municipal da Assistência Social está pautado na implementação do Sistema Único de Assistência Social, para a oferta de serviços e rede, priorizando a descentralização e a territorialização.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é resultado de um processo de luta travado pela política da assistência social, vindo para efetivar de fato a assistência social como política, através da unificação dos serviços, o que garantirá o exposto na LOAS.

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é constituído pelo conjunto de serviços, programas e projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da

administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. (MDSCF, 2004, p. 180)

Conforme a Política Nacional de Assistência Social, publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (suplemento da Revista Serviço Social e Sociedade, 2004, p. 181), o SUAS busca romper com a fragmentação programática, a fragmentação entre as esferas de governo e a fragmentação de ações por categorias e segmentos sociais.

Assim busca-se atender a família de forma unificada através de uma rede de proteção social formada por organizações públicas e privadas, buscando o acesso aos direitos.

Dessa forma, de acordo com a PNAS, tem como objetivo a articulação das esferas federais, estaduais e municipais; a territorialização da rede de assistência social nos locais com maior vulnerabilidade social; a “descentralização político – administrativa de modo a garantir a municipalização e o comando único em cada esfera de governo” (PNAS, 2004, p. 181), a padronização dos serviços (nomenclatura, conteúdo, etc), respeitando-se as particularidades de cada município, garantindo o acesso aos direitos a favorecendo a emancipação das famílias.

Com o SUAS busca-se á concretizar o exposto na LOAS, bem como implementar o atendimento realizado junto aos usuários, a fim de que realmente sejam efetivados os direitos garantidos. Para que haja a emancipação familiar, o sistema terá sua matricialidade na família que deverá ser atendida em sua totalidade através de serviços prestados num sistema integrado e em rede.

Assim, os objetivos da política da assistência social são:

- Promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio – assistenciais básicas e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 34)

O SUAS, cujo modelo de gestão descentralizado e participativo, contitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário atenção as famílias, seus membros e indivíduos e o território como base na organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo numero de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

O serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referenciais: Vigilância Social, Proteção Social e Defesa Social e Institucional:

Quanto vigilância social refere-se a produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida; pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos, vitimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vitimas de preconceitos por etnia, gênero e opção pessoal; vitimas de apartação social que lhes possibilitem sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; atuando também na fiscalização dos padrões de serviços socioassistenciais.

A proteção social vem a ser a segurança de sobrevivência, ou de rendimento, ou de autonomia, que se da através de benefícios contínuos e eventuais; segurança de convívio ou vivencia familiar, através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas através de núcleos socioeducativos e centro de convivências, respeitando as características e cultura dos usuários; segurança de acolhida, através de ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede, destinada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento, restaurando sua autonomia e capacidade de conviver em grupo.

E a defesa social e Institucional que garante aos usuários o acesso a informações sobre seus direitos sócios assistenciais.

Para o cumprimento de todos esses requisitos o SUAS prevê a organização das chamadas Redes de Proteção Social, sendo essas divididas em duas categorias, a Básica e a Especial.

### 3.1 Rede de Proteção Social Básica

Objetiva a prevenção de situações de risco através de desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de convivência e socialização de famílias e de indivíduos, os quais devem articular-se com as demais políticas públicas locais. Desta forma busca-se garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, visando à superação das condições de vulnerabilidade e risco social, trabalhando para o fortalecimento de vínculos fragilizados, na perspectiva de prevenção a situações mais complexas.

A Rede de Proteção Social Básica é concretizada e articulada pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, sendo esse uma unidade pública estatal que atua como porta de entrada a Rede de Proteção Social Básica articulando os serviços que a compõe.

Esse Centro é de vital importância para a inserção da família na rede de serviços de proteção social básica para os diversos tipos de ações prestadas.

Os serviços, benefícios, programas e projetos que podem ser realizados nos CRAS ou nas entidades que estão referenciadas no território de abrangência:

#### Serviços

Socioeducativos geracionais, intergeracionais e com famílias;

Socio-comunitários;

Reabilitação na Comunidade;

Outros.

#### Benefícios

Transferência de Renda (Bolsa Família);

Transferência de Renda (outros); Benefícios

de Prestação Continuada;

Benefícios Eventuais – assistência em espécie ou material; Outros.

#### Programas e Projetos

Capacitação e promoção da inserção produtiva;

Promoção da inclusão produtiva para beneficiários do Programa Bolsa Família -

PBF e no Benefício de Prestação Continuada; Projetos e Programas de Enfrentamento à Pobreza; Projetos e Programas de Enfrentamento à Fome; Grupos de Produção e Economia Solidária; Geração de Trabalho e Renda;  
Outros.

A ênfase do CRAS é o atendimento às famílias, por meio do Programa de Atenção Integral a Família (PAIF). Mesmo que alguns serviços, programas e benefícios socioassistenciais não sejam prestados diretamente no CRAS, é necessário manter a referência para os devidos encaminhamentos.

A proteção básica busca garantir principalmente, as seguranças de convívio Ressalta-se que a Rede de Proteção Social Básica deve se articular aos serviços da Rede Especial, garantindo a efetivação de encaminhamentos necessários.

### 3.2 Rede de Proteção Social Especial

É destinada a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abusos sexuais, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua de trabalho infantil, ou seja, pessoas com quebra parcial ou total de seus vínculos familiares e ou comunitários. E têm estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo

Essa Rede se divide em alta e média complexidade, especializando os serviços, programas, projetos e benefícios. São organizados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e ou, acompanhamento sistemático e monitorado, tais como:

- Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias Vítimas de Violência;
- Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade

A proteção social especial de alta complexidade é aquela garante proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontrem sem referência, com quebra total de vínculos, e ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e ou comunitário, tais como:

- Atendimento integral-institucional;
- Casa-lar
- Republica;
- Casa de passagem;
- Albergue;
- Família substituta;
- Família acolhedora;
- Medidas socioeducativas restritas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada);
- Trabalho protegido

O SUAS facilitará a potencialização, o que propiciará a melhoria na qualidade de vida e a possibilidade de atendimento a outras famílias necessitadas.

Enfim, o SUAS busca colocar em prática o previsto na LOAS através de um trabalho integrado a fim de que a cidadania e a democracia sejam efetivadas por meio do cumprimento das necessidades sociais dos usuários, bem como da emancipação familiar, fato que levará a família a guiar-se por si mesma sem depender de serviços e/ ou ações caritativas.

#### 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho foi elaborado embasado em pesquisa desenvolvida junto a usuárias do Programa de Inclusão Produtiva que concluíram os cursos em dezembro de 2007, oferecidos pelas entidades FUNDATO/Naf-Real e Lar Escola Rafael Mauricio, financiados pela SEBES – Secretaria do Bem Estar Social.

O Núcleo de Apoio Sócio Assistencial – NAF-Real, hoje nomeado pelo SUAS como Centro de Informação e Formação para o Trabalho, localiza-se na região oeste do município de Bauru e tem como objetivo principal oportunizar às famílias e comunidades as condições e serviços a que têm direito, objetivando a inclusão social e a efetivação da cidadania.

O NAF é um dos Institutos da Fundação Toledo e faz parte da Rede de Proteção Social Básica do município de Bauru, desenvolvendo os seguintes serviços: Pronto Atendimento Social, Inclusão Produtiva, Preparação Para o Primeiro Emprego no Parque Real, os quais também são financiados em parceria com a Secretaria do Bem Estar Social - SEBES.

A outra entidade que serviu como cenário para o desenvolvimento do presente estudo foi o Lar Escola Rafael Mauricio que é uma entidade filantrópica localizada na região nordeste de Bauru. Até 2006 mantinha apenas o abrigo masculino para pessoa com deficiência mental leve e/ou moderada e a Escola de Ensino Especial, voltada para o mesmo público. A partir de 2006, em parceria com a SEBES, iniciou-se o Programa de Inclusão Produtiva, Preparação para o Primeiro Emprego, Centro de Convivência Infante Juvenil, Centro de Convivência Infante Juvenil Especial e a Brinquedoteca para atender os moradores dos bairros adjacentes da entidade que vivem em situação de vulnerabilidade, proporcionando que os mesmos sejam autores da sua própria história.

O Programa de Inclusão Produtiva tem como objetivo capacitar os participantes em diferentes áreas, possibilitando geração de trabalho e renda, garantindo sua auto-sustentação, através de um processo de formação integrada que propicie o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, contribuindo para a igualdade de oportunidades na hora da inserção no mercado de trabalho.

Podemos destacar que a inserção no mundo do trabalho é de suma importância para o enfrentamento da pobreza, uma vez que possibilita a renda e subsídios para a sustentar suas necessidades.

Ressaltamos que o Programa é composto por três serviços. A primeira fase é denominado Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda e é desenvolvida pela rede de serviços socioassistenciais do município e tem como público alvo a população encaminhada pelos CRAS, atualmente o município de Bauru possui seis CRAS, localizados nas regiões de maior índice de vulnerabilidade.

Outro módulo bastante relevante é o de “desenvolvimento pessoal”, o qual conta com carga horária de 20 a 30 horas, e trabalha com vários aspectos importantes do desenvolvimento pessoal, visando facilitar a convivência grupal e as relações interpessoais estimulando a reflexão e respeito ao próximo.

O último módulo é o “gerencial”, com carga horária de 20 a 30 horas, que compreende noções de autogestão, fundamentais para a gestão de trabalho e renda. É executado por um assistente social devidamente qualificado para isto, concomitantemente com o módulo de aprendizagem.

O segundo serviço do Programa Inclusão Produtiva compreende a Incubação de Empreendimentos Solidários, executado pela Secretaria do Bem Estar Social – SEBES, através de parcerias com empresas e Universidades.

Consiste em assessoria técnica para o processo de desenvolvimento de competências e gerenciamento fundamentais para a geração de trabalho e renda, através do incentivo à formação de empreendimentos populares.

E finalmente, compõe, ainda o Programa o Serviço de Microcrédito que basicamente consiste na aquisição de material de consumo e equipamentos necessários à produção e geração de renda, individual ou coletivamente, destinados aos usuários do Programa de Inclusão Produtiva.

As condições de crédito têm o limite de R\$ 1.000,00, sendo o pagamento efetuado em até 15 parcelas, com carência de 60 dias, podendo se estender até 24 parcelas mediante avaliação técnica.

Considerado como terceira fase do Programa de Inclusão Produtiva, o Microcrédito pode ser acessado pelos usuários que concluíram a primeira fase do Programa (Serviço Preparação para o Trabalho e Renda) e sempre concomitante à segunda fase do mesmo (Serviço Incubação de Empreendimentos Solidários).

Após cumprir o estágio de intervenção exigido pelo curso de Serviço Social, levantou-se um questionamento: o Serviço de Preparação para o trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva tem alcançado seu objetivo, de capacitar os

participantes em diferentes áreas, possibilitando geração de trabalho e renda, garantindo sua auto-sustentação.

Os objetivos propostos neste estudo foram desvelar os resultados do Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa Inclusão Produtiva, desenvolvido junto aos territórios sudeste e oeste do município de Bauru, identificar o perfil das usuárias e constatar se houve aumento de renda após término do curso. Para atingir o objetivo proposto, destaca-se primeiramente o levantamento de artigos que abordam a temática referente ao mercado de trabalho, vulnerabilidade social e pobreza, para elaboração de uma hemeroteca. Diante desta, realizou-se a elaboração de uma pesquisa bibliográfica através de fichamento de livros para proporcionar maior subsídio teórico e conhecimento mais aprofundado sobre a temática em estudo.

Para responder ao questionamento proposto foi realizado uma pesquisa que se utilizou-se dos métodos quantitativo e qualitativo, tendo em vista que teve prevalência os dados objetivos, que estão apresentados através de gráficos. Ainda foi apresentado dado subjetivo que complementam o estudo, com a exposição da fala dos sujeitos da pesquisa.

Foi utilizado para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, orientada por um formulário com perguntas abertas e fechadas, o qual foi respondido pelas usuárias do serviço, permitindo ampla liberdade para que as usuárias pudessem se expressar sobre o tema.

O universo do estudo constitui-se de 100 usuárias do sexo feminino, participantes dos cursos de manicure e corte-costura do Naf – Real e dos cursos de estética (manicure/depilação), auxiliar de cabeleireiro, babá/recreacionista do Lar Escola Rafael Mauricio. Para aplicação da pesquisa foram selecionadas aleatoriamente 40% do universo, totalizando 40 usuárias, escolhidas de uma forma casual. Antes da coleta de dados foi aplicado pré – teste do formulário com 10% das usuárias, totalizando 04 delas, que demonstrou a necessidade de adequação para melhor atender os objetivos propostos.

A hipótese que orientou o estudo afirma que após a realização dos módulos que compõem o Programa as usuárias passam a ter qualificação para inserção no mercado trabalho, formal ou informal, pois além do módulo de aprendizagem, o Serviço também oferece módulo gerencial onde as usuárias têm a oportunidade de conhecer as exigências do mundo do trabalho atual, e se adequarem a elas. E ainda

o módulo de desenvolvimento, humano onde são trabalhados os relacionamentos familiares e os conflitos pessoais.

A pesquisa foi aplicada no período de 04 a 23 de agosto de 2008, com duração em média de 15 minutos cada. Devido às usuárias já terem concluído o curso, as entrevistas foram realizadas na residência das mesmas.

Após foi efetuada a codificação e tratamento dos dados obtidos, buscando subsídios junto a fundamentação teórica para interpretá-los, destacando aspectos relacionados às categorias estudadas, organizadas em três eixos o primeiro onde é apresentado o perfil das usuárias antes de ingressarem ao curso, o segundo eixo é explanado as alterações que ocorreram no contexto familiar das usuárias e na sua vida pessoal, e por último se após concluírem o curso os sujeitos se inseriram no mercado de trabalho formal/informal ou se tiveram condições de abrir seu próprio negócio e através dele gerar ou aumentar a renda familiar, conforme será apresentado no capítulo posterior.

## 5 RELATO DA PESQUISA DE CAMPO

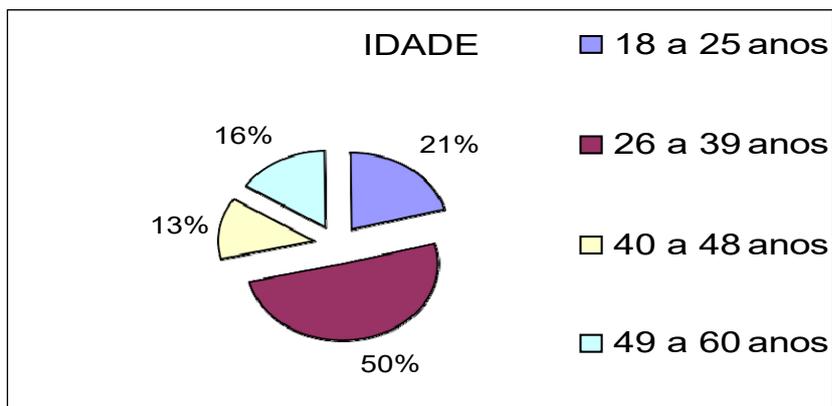
Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados do estudo realizado com 40 mulheres que concluíram um dos cursos do serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa Inclusão Produtiva no 2º semestre de 2007 oferecidos nas entidades FUNDATO/Naf - Real e Lar Escola Rafael Mauricio em parceria com a SEBES (Secretaria do Bem Estar Social) no município de Bauru, sendo eles: manicure, estética (manicure e depilação), auxiliar de cabeleireiro, babá/recreacionista ou corte-costura.

Ressalta-se que para melhor organização dos dados, o trabalho foi dividido em três eixos, sendo o primeiro com o objetivo de descrever o perfil das usuárias ao ingressarem no curso, o segundo onde será explanado sobre as alterações que ocorreram na vida pessoal dos sujeitos, bem como no seu contexto familiar e o terceiro e último eixo apresentará os resultados obtidos em relação aos sujeitos que conseguiram gerar renda ou aumentá-la após o término do curso.

### 5.1 Perfil das usuárias do Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva

Conforme evidenciamos no capítulo anterior, este estudo tem como um de seus objetivos específicos estabelecer o perfil dos sujeitos, de forma a possibilitar a comparação entre o perfil inicial e depois de completarem o Serviço de preparação para o trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva.

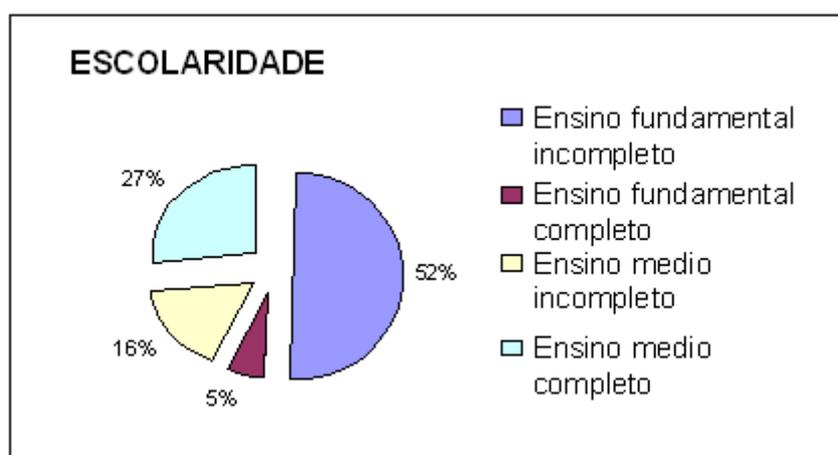
Devido os cursos oferecidos pelas entidades serem da área de estética e, na sociedade, terem o estigma de serem voltados apenas para o público feminino, 100% do universo eram de mulheres.



Analisando o gráfico percebe-se que o maior índice (50%) das usuárias estão na idade dos 26 aos 39 anos, seguido de 21% que encontram-se entre 18 a 23 anos, 16% com faixa etária de 49 a 60 anos e 13% com idade entre 40 a 48 anos.

As mulheres na faixa etária de 26 aos 39 anos possuem mais dificuldades em conseguirem se inserir no mercado de trabalho, pois possuem o maior número de filhos dependentes. Estão em plena idade produtiva porém, a dificuldade de encontrarem creche para os filhos menores, dificulta sua inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto que contribui para isto, refere-se a escolaridade.



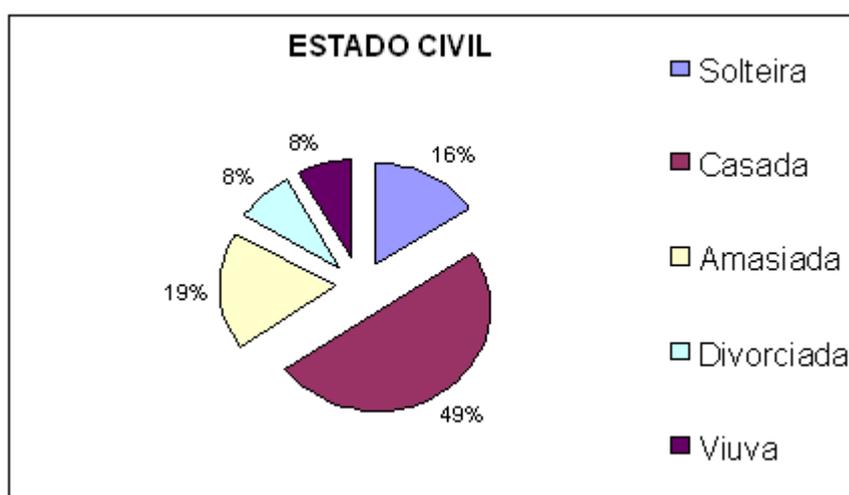
Conforme a Figura 02, 52% das usuárias não completaram o ensino fundamental, 27% completaram o ensino médio, 16% não completaram o ensino médio e 5% concluíram o

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 19, p. 01-80, jan/jun.2007.  
SOUZA, Cristiane Fátima; CHECHETO, Josiane; MUNIZ, Egli. A eficácia do serviço preparação para o trabalho e renda do programa de inclusão produtiva no município de Bauru.

ensino fundamental completo.

Baseado nos dados acima percebe-se que, em pleno século XXI, infelizmente, a evasão escolar é fato presente nas famílias mais pobres e se dá, em geral, pela necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho ou pela gravidez o que as impedem de concluir os estudos. Isto dificulta sua entrada no mercado de trabalho e reproduz a pobreza, tornando-a transgeracional.

A pobreza, sendo, sobretudo um processo político de exclusão injusta, encontra no espaço político suas determinações mais fortes. Neste sentido, cabe valorizar o papel da educação, em termos imediatos, sendo fator essencial de redistribuição de renda, porque pode colaborar na construção da competência humana histórica.

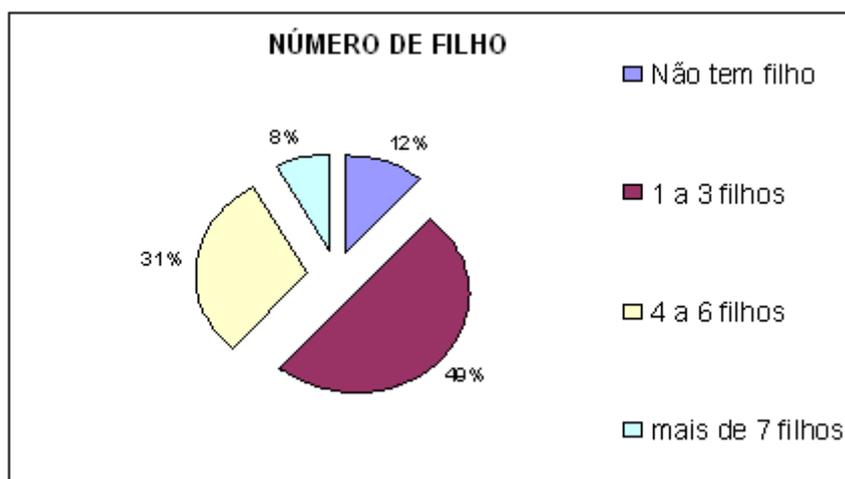


Os dados da figura 03 ressaltam que 49% das usuárias são casadas, 19% são amasiadas, 16% permanecem solteiras e 8% viúva e divorciada respectivamente.

A família matrifocal tem apresentado um alto índice de vulnerabilidade social. São compostas por mulheres e crianças matrilateralmente relacionadas, com homens mais ou menos flutuantes ao redor do grupo. O pai-marido pode estar fisicamente presente ou absolutamente ausente, mas, em qualquer caso, a autoridade no grupo doméstico é uma característica feminina.

Como enfatiza Sarti (2005, p.71),

Se os direitos são iguais e a mulher hoje tem mais poder, isto é vivido de forma ambivalente, não necessariamente como uma reversão dos papeis familiares, mas como uma reafirmação do fracasso masculino, diante das dificuldades do homem de exercer um papel no qual estão depositadas as expectativas familiares, sejam por razões que lhe escapam, falta de trabalho ou por razões que lhe dizem respeito, porque estão acomodados mesmo, sobre as quais ele tem uma responsabilidade moral.

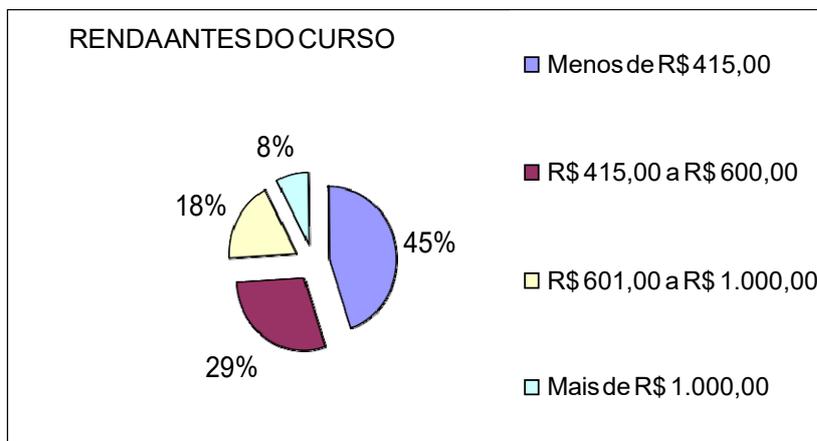


Em relação ao número de filhos, 49% das usuárias tem de 1 a 3 filhos, 31% de 4 a 6 filhos, 12% não tem filho e 8% tem 7 ou mais filhos.

Ressaltamos que embora a diminuição do índice de natalidade em todo o mundo, seja um fenômeno evidenciado também no Brasil, nas classes mais vulneráveis este índice ainda é mais elevado do que a média brasileira.

Em Bauru, a média de pessoas nas famílias em situação de alta vulnerabilidade é de 3,6.

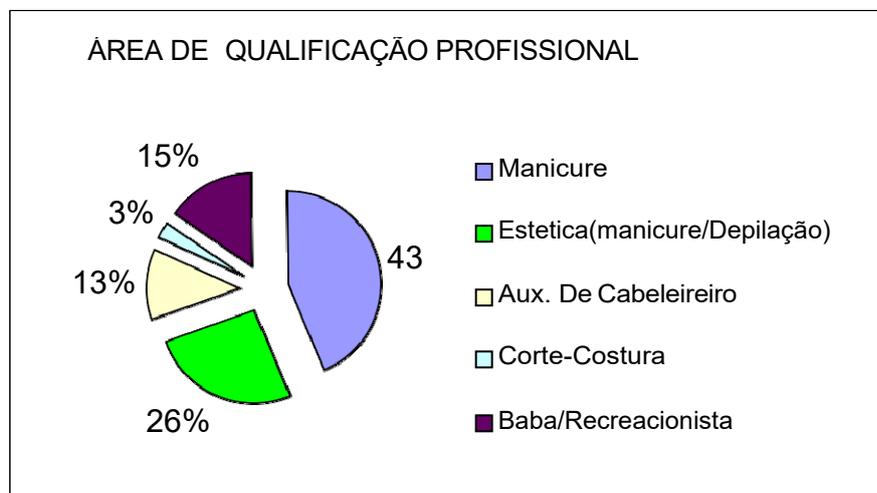
Podemos observar que a maioria das usuárias têm filhos, e quando o trabalho é realizado em sua residência, possibilita que ela trabalhe e cuide dos filhos ao mesmo tempo.



Destaca-se que 45% das usuárias tinham renda inferior a um salário mínimo, 29% tinham renda entre um salário mínimo e um e meio, 18% de um e meio a dois salários mínimos e apenas 8% renda superior a dois salários mínimos ao ingressarem no Serviço.

Observa-se que a maioria das famílias vivem com apenas um salário mínimo de renda, daí à importância de terem o curso de profissionalização como alternativa para o enfrentamento da pobreza.

A pobreza brasileira constitui-se de um conjunto heterogêneo, cuja unidade buscamos encontrar na renda limitada, na exclusão e na subalternidade. Do ponto de vista da renda, o que se evidencia é que para grande maioria dos trabalhadores, com registro em carteira ou não, ou com contrato por conta própria predominam os baixos rendimentos e a conseqüente privação material bem como a dificuldade do acesso a bens de consumo.



Em relação ao curso que realizaram 43% concluíram o curso de manicure, 26% o curso de estética (manicure/depilação), 15% o curso de babá/ recreacionista, 13% de auxiliar de cabeleireiro e somente 3% o curso de corte-costura.

São cursos que não exigem escolaridade e permitem um rápido retorno financeiro, além da possibilidade de serem exercidos no próprio lar, por isso são escolhidos para fazerem parte do leque de opções oferecidos pelo Programa de Inclusão Produtiva.

Concluindo o perfil dos sujeitos pesquisados, todas são mulheres, na maioria entre 26 a 39 anos, casadas e em média com 1 a 3 filhos, e com pouca escolaridade, e que têm buscado os cursos do Programa Inclusão Produtiva, como alternativa para contribuir na renda familiar, visto que a maioria possuía renda familiar inferior a um salário mínimo antes de ingressarem no curso.

## 5.2 Alterações na vida pessoal e familiar

O Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva trabalha o módulo de desenvolvimento humano, pois constatou-se que apenas a qualificação profissional não basta para oportunizar a inserção no mercado de trabalho, tão exigente nos dias atuais.

Como se constata, as mulheres usuárias do Serviço não tiveram oportunidade de desenvolvimento humano nem de qualificação profissional ao longo de suas

vidas. Portanto, este é um investimento necessário para que possam ingressar com êxito no competitivo mundo do trabalho contemporâneo.

Ao analisar os dados referentes às mudanças ocorridas na vida pessoal e familiar das usuárias, podemos constatar que muitas tinham a auto-estima rebaixada e se dedicavam apenas aos filhos e/ou marido, sem se preocupar consigo mesmas. Após terem realizado o módulo de desenvolvimento humano, muitas delas passaram a se valorizar mais enquanto pessoa, como se constata nos depoimentos dos sujeitos quando responderam sobre as mudanças na sua vida pessoal.

*A auto-estima, porque quando você só fica em casa, a gente acha que nossa vida é só para os filhos e para o marido, e quando a gente faz um curso, conhece outras pessoas, você vê que não é errado às vezes você deixar de pensar nos filhos e pensar em você. Aprende fazer escolhas e expressar nossa vontade e a controlar nossa vida, nossos filhos. Você vê que tem condições de se inserir no mercado de trabalho. (Sujeito 04, 30 anos).*

*Auto - estima, eu me achava muito desvalorizada, às vezes acho que não sou capaz, mais estou continuando, quero ser profissional. E gratificante você ver o cabelo pronto e saber que foi você quem fez. (Sujeito 20, 35 anos).*

*Me senti melhor, a gente aprende a se sentir bem do jeito que a gente é, ser a gente mesmo independente de onde a gente estiver. E também a arriscar, por a cara a bater. (Sujeito 07, 21anos).*

*A gente se sente mais útil, passa a ter uma ocupação, aprende coisas novas, fazemos novas amizades e percebemos que nem tudo está perdido, passei a me valorizar mais, fiquei feliz por essa*

*oportunidade. (Sujeito 25, 27 anos).*

*Muita coisa mudou, principalmente minha auto-estima, estou animada, feliz, agora sei que posso dar um rumo na minha vida, porque antes não achava que tinha capacidade de aprender as coisas, me sentia incapaz,*

*mas agora está tudo diferente, gosto do que faço e vou me aperfeiçoar cada vez mais. (Sujeito 36, 33 anos).*

Os depoimentos acima nos fazem perceber que os sujeitos pesquisados obtiveram significativa melhora de sua auto-estima. Dessa forma entendemos que oferecer o módulo de desenvolvimento humano é de extrema importância para a vida no cotidiano, proporcionando possibilidade de manter relações saudáveis, resgatar vínculos familiares e acima de tudo oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Participar e ser ativo na sociedade é uma atividade humana, que além de constituir direito de uma pessoa enquanto cidadã possibilita sua auto-valorização, melhoria da qualidade de vida, da saúde física e mental e contribuindo para elevação da auto-estima.

Com a realização do curso pode-se perceber que um fator fundamental para o resgate da auto-estima foi a oportunidade de se ter uma profissão e um trabalho.

Segundo afirma Carmo (1992):

O trabalho mostra-se como momento fundamental de realizações do ser social, condições para sua existência, e o ponto de partida para a humanização do ser pessoal e o motor decisivo do processo de humanização do homem.

Nas falas apresentadas a seguir evidencia-se a importância da profissão e do trabalho na vida dos sujeitos.

*Antes era doméstica. Não que eu tenha alguma coisa contra, por mais que as pessoas falem que é uma profissão, já tem que limpar a nossa casa e ainda limpar dos outros. Agora me sinto gente, “sô chique” tenho uma profissão, as pessoas perguntam o que sou e digo com orgulho Manicure. Me sinto realizada. (Sujeito 01, 34 anos)*

*Muita coisa mudou, porque agora além de ter uma profissão, tenho força para continuar lutando, não é fácil, mas tive a oportunidade de conseguir algo melhor, estou animada, aprendi muitas coisas, tinha o apoio e o acompanhamento com a psicóloga (Sujeito 27, 35 anos).*

*Trouxe uma grande vitória, cresci muito fazendo o curso, eu achava que não gostava da profissão de manicure, mas depois aprendi gostar, porque para falar a verdade tinha um pouco de receio de não conseguir me adaptar, mas hoje sei que é uma coisa normal, uma profissão como qualquer outra. (Sujeito 28, 21anos).*

*Agora posso dizer que tenho uma profissão, meus filhos gostaram, porque quando perguntam para eles, qual é a profissão de sua mãe ,eles falam: Ela é manicure e com isso fico feliz.(Sujeito 35, 25 anos)*

Um outro aspecto desenvolvido durante a participação no serviço de Preparação para o Trabalho e Renda refere-se ao convívio familiar.

O desenvolvimento do convívio é uma das seguranças a serem garantidas pela política de assistência social.Segundo a PNAS (2004), um dos aspectos que contribuem para a vulnerabilidade pessoal e social, consiste na fragilidade dos vínculos familiares, de vizinhança, comunitários e societários.

Por isso a convivência familiar é uma das seguranças citadas na Política Nacional de Assistencial Social (2004) NOB/ SUAS.

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida.

Entendemos que por conta das mudanças vivenciadas pelas usuárias durante o curso, houve transformações em suas famílias de forma significativa, uma vez que suas ações refletem no convívio familiar.

*Aprendi a me relacionar com as pessoas, a entender melhor meus  
filhos e meu marido e também a conversar, porque antes já chegava  
gritando.(Sujeito 19, 30 anos)*

*Minha família me apoiou bastante, porque sabiam que esse curso seria bom para mim, é bom saber que tem pessoas que acreditam na gente. (Sujeito 26, 36 anos)*

*Antes de ter começado o curso meu marido e eu brigávamos muito, agora estamos bem, teve uma boa melhora. (Sujeito 28, 36 anos).*

*Aprendi muita coisa que não sabia e aprendi lidar melhor com meus filhos, saber a hora de ceder e a hora de dizer não.(Sujeito 14, 39 anos).*

O processo sócio educativo desenvolvido durante o Serviço possibilita, como fica claro, a melhoria das relações familiares. Os depoimentos retrataram enfaticamente, sem dúvidas as mudanças relacionadas a auto-estima e do trabalho referente ao desenvolvimento pessoal.

Um outro aspecto avaliado relacionou-se a questão educacional. A idéia de que a educação serve de manobra da população tem que ser superada; a educação tem que ser vista além de um simples direito pessoal, ou seja, deve ser vista como forma de crescimento pessoal e de desenvolvimento. A educação abre portas para uma vida melhor, amplia possibilidades de trabalho, da um novo sentido à vida de qualquer individuo.

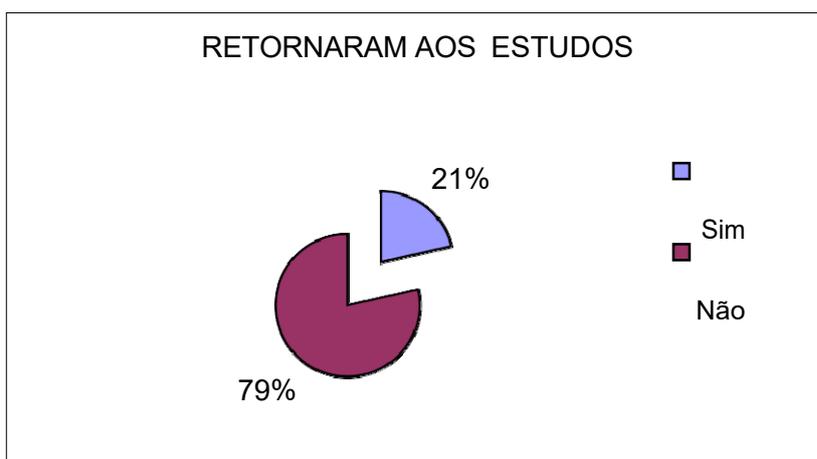
Assim como afirma a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no artigo 2º que a educação e de suma importância para a vida pessoal:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nas idéias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para seu exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Salientamos que muitas não obtiveram a oportunidade de concluírem seus estudos, devido estarem inseridas no contexto familiar precocemente, ou seja, ter responsabilidade sobre os filhos e marido, o que há tempos atrás era exigido das

mesma, dessa forma acabavam não dando tanta ênfase na educação e conseqüentemente na qualificação profissional.

Quando questionados sobre retornar aos estudos, obtivemos os seguintes dados:



Mediante os dados, observa-se que 79% das usuárias não retornaram aos estudos e 21% após iniciarem o curso retornaram estudar.

O grande número de usuárias que não retornaram aos estudos deu-se, segundo elas, por encontrarem dificuldades de agregarem a prática do estudo na vida cotidiana.

Nota-se, que durante o desenvolvimento do curso, houve grande estímulo do profissional de psicologia para a retomada dos estudos e sua importância para a inclusão no mercado de trabalho, visto que esse é um dos principais requisitos para o sucesso da vida profissional.

*Quando eu entrei lá, meu marido não deixava eu estudar. Daí eu chegava em casa e contava tudo o que a psicóloga ensinava, e fui fazendo a cabeça dele. Ele acabou deixando porque precisava trabalhar, mas não tinha estudo então entregava um monte de currículo e ninguém me chamava. Daí ele viu que era importante eu estudar. (Sujeito 16, 38 anos).*

*Eu me senti melhor, resolvi voltar aos estudos. Foi um estímulo pra mim e fiquei mais animada com essas mudanças. (Sujeito 30, 29 anos).*

*Você fica em casa nos seu mundinho e só pensa nos filhos e no marido, daí você conhece outras pessoas, e daí você vê que não está velha para voltar a estudar, e você vê que tem uma chance de se preparar para o mercado e se valorizar, isso me incentivou a voltar aos estudos, e uma coisa que nunca pensei é fazer uma faculdade e agora eu já ate penso nisso. (Sujeito 04, 30 anos).*

Ressalta que nos dias de hoje não apenas basta ter estudo completo e estar inserido no mercado de trabalho, é necessário também um aperfeiçoamento contínuo. Com o avanço da tecnologia, ocorrem constantes mudanças. Por isso questionamos os sujeitos em relação ao aperfeiçoamento na área do curso realizado. Obtivemos os seguintes resultados:



Os dados apontam que 59% das usuárias estão em processo de aperfeiçoamento, e 41% concluíram o curso e não estão se aperfeiçoando.

Ressalta que grande parte das usuárias que estão em processo de qualificação, têm tido

a oportunidade de se aperfeiçoar em outros cursos oferecidos pela própria entidade, visto que as mesmas têm oferecido cursos interligados no segmento de estética corporal, o que é bastante relevante uma vez que aos sujeitos

saem aptos para desenvolver prestação de serviço nesse segmento de uma forma ampla, tendo condições de expandir sua renda.

Em síntese, as mudanças possibilitadas pelo Serviço na vida pessoal e no contexto familiar foram significativas, pois através dos depoimentos pudemos constatar que as usuárias passaram a ter diálogo entre os membros da família, e garantindo assim um melhor convívio familiar, a se valorizarem mais, o que contribui para o resgate da auto-estima das mesmas.

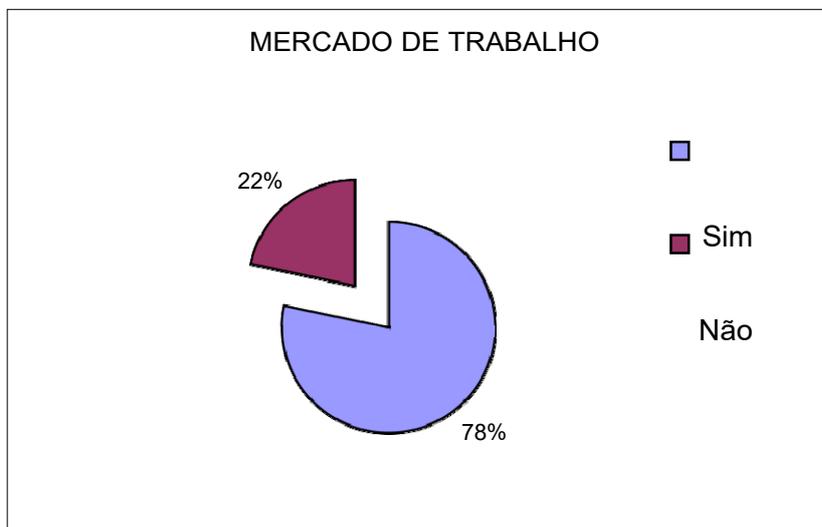
No entanto, uma pequena parte dos sujeitos retornou aos estudos. Devido às atribuições do cotidiano familiar, muitas delas não retornaram, por não terem com quem deixar os filhos, ou não conseguirem administrar o tempo. O que é de grande relevância é que mais da metade das usuárias tem se aperfeiçoado em cursos relacionados aos que já tinham realizado anteriormente, e a sua maioria dentro das mesmas entidades.

### 5.3 Resultados obtidos em relação a geração de renda após o curso.

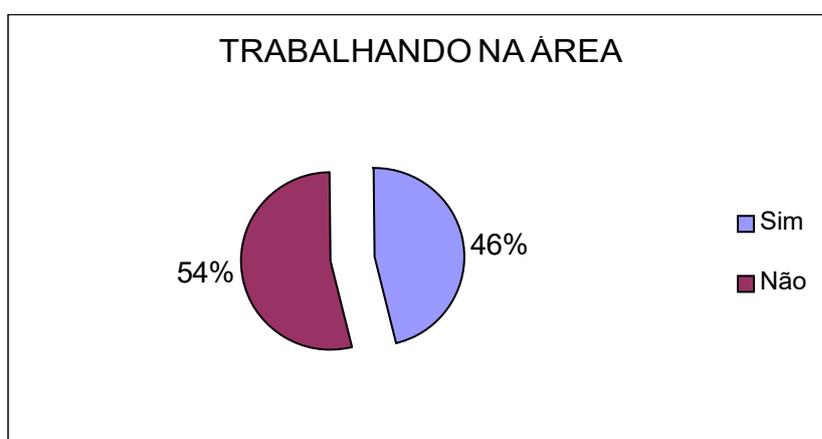
Conforme consta na PNAS (Política Nacional de Assistência Social)2004, o SUAS possui três funções: Proteção Social, Vigilância Social e Defesa Social e Institucional:

A Proteção Social trás três garantias de segurança, sendo elas: de convívio, que traduz a restauração e fortalecimento das relações de pertencimento social e familiar; de acolhida, que constitui na oferta de serviços para abrigamento, repouso, alimentação, higienização, vestuário de pessoas em situações de risco, visando o desenvolvimento e a restauração de sua autonomia e da capacidade de conviver em grupo, e a terceira que é onde um dos objetivos do trabalho esta embasada, a segurança da autonomia, que constitui no desenvolvimento de autonomia de indivíduos que não possuem fonte de renda e sustento.

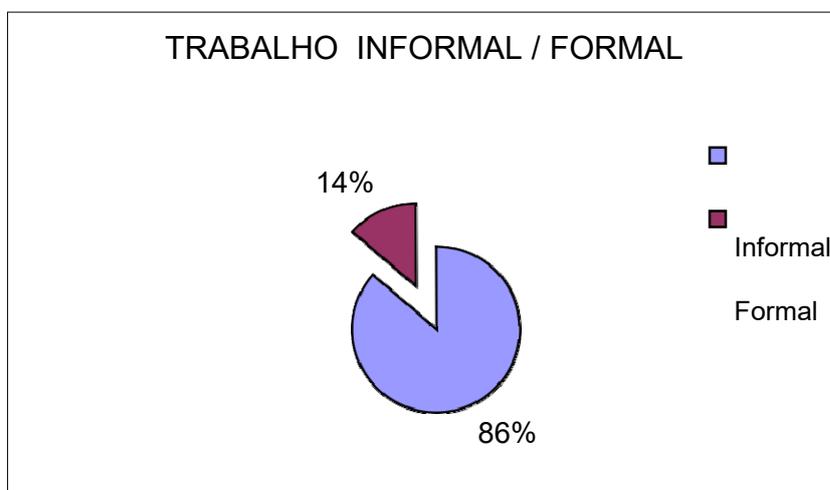
Para o desenvolvimento da autonomia, a inserção no mercado de trabalho é fundamental, por isso este é um dos objetivos do Programa Inclusão Produtiva e foi uma das indagações deste estudo.



Após o término do curso podemos constatar que 78% das usuárias estão inseridas no mercado de trabalho, e 22% ainda estão desempregadas. Este é um dado muito relevante, pois comprova a eficácia do programa, pois a grande maioria está trabalhando embora, das inseridas no mercado de trabalho, 54% estão trabalhando na área que realizaram o curso e 46% estão trabalhando em outras áreas. Observa-se que, mesmo não trabalhando na área, o programa desenvolve habilidades e atitudes que possibilitaram esta inserção.



Entre os sujeitos inseridos no mercado de trabalho, 86% estão inseridos no trabalho informal e apenas 14% no trabalho formal, como demonstra o gráfico abaixo:



Conforme descrito anteriormente, percebemos que a sociedade de um modo geral tem enfrentado grandes dificuldades para a inserção no mercado de trabalho formal, visto que o emprego formal tem, diminuído em todo mundo, pelo elevado desenvolvimento tecnológico que expulsa mão de obra do mercado de trabalho. Por outro lado o capitalismo e o mundo globalizado tem se expandido e cada vez mais, impondo para a sociedade a exigência de qualificação profissional, de habilidades e capacidade de relacionamento interpessoal. Dessa forma, surge como alternativa o mercado de trabalho informal, no qual não há direitos trabalhistas garantidos, porém, inegavelmente, tem sido um meio de gerar renda e garantir a satisfação das necessidades básicas. Conforme Quiroga (2008),

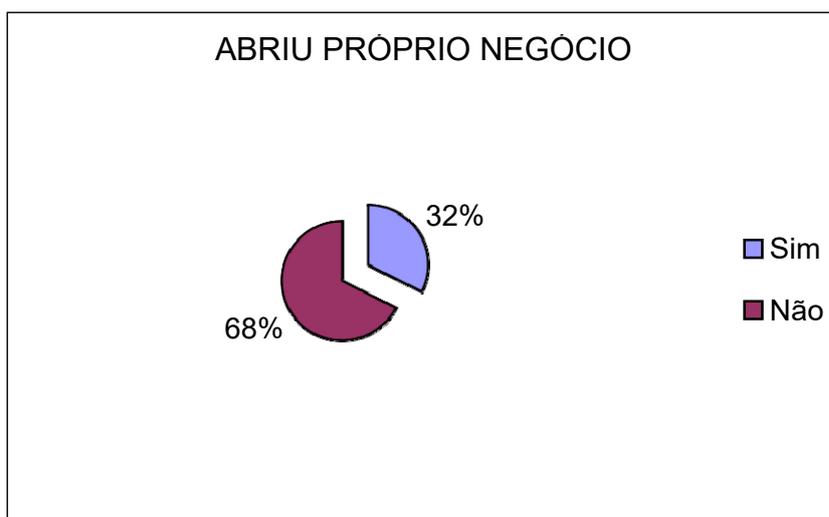
A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que o trabalho informal vem crescendo no país e que se tornou tanto uma estratégia de sobrevivência, como uma opção de vida para os trabalhadores que preferiram desenvolver o próprio negócio.

Um dos objetivos do Programa de Inclusão Produtiva é o de possibilitar o desenvolvimento de um micro empreendimento, principalmente pela reconhecida dificuldade de inserção dessas famílias no mercado de trabalho formal, que, como consta, é cada vez mais exigente e competitivo.

Conforme consta no Programa de Inclusão Produtiva elaborado pelas SEBES (2008),

*O processo de desenvolvimento de competências e gerenciamento fundamentais para a geração do trabalho e renda, através do incentivo a formação de empreendimentos populares mediante os princípios da economia solidária.*

Assim, buscou-se saber quantas usuárias abriram seu próprio negócio e os resultados foram:



Observamos que 68% das usuárias não abriram seu próprio negócio e 32 % o fizeram. Ressaltamos que dos que não abriram empreendimento, 14% não o fez pois se inseriram no mercado de trabalho formal.

Das usuárias que não abriram um empreendimento, algumas colocaram que não o fizeram porque tiveram oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho formal:

*Não abri nada, porque sou funcionária de um salão (Sujeito 7, 21 anos).*

*Assim que terminei o curso de babá, enviei um currículo na creche perto da minha casa e eles me chamaram, hoje sou registrada (Sujeito 16,38 anos).*

Entretanto, um grande número de sujeitos não abriram seu próprio negócio. Foram apontados como motivos: a falta de condições financeiras e insuficiência de informação de como conduzir um negócio próprio. Embora as usuárias tenham apresentado dificuldade em relação a gerenciar seu próprio negócio, destacamos que no módulo gerencial são trabalhados, pela assistente social, os seguintes temas: noções sobre economia solidária, associativismo e cooperativismo e incubação de empreendimentos solidários, e mesmo assim algumas se sentiram inseguras para serem responsáveis por um estabelecimento por não estarem qualificadas o suficiente. Como afirmam as falas seguintes:

*Tenho que treinar mais, para pegar prática (Sujeito 03, 18 anos).*

*Primeiro você precisa ter um capital e principalmente ter alguém para acompanhar (Sujeito 04, 30 anos).*

Ao analisarmos as falas dos sujeitos, percebemos que o curso tem sido efetivo no ensinar as habilidades, porém seria necessário uma carga horária mais ampla com um tempo de treinamento maior, com a finalidade de suprir todas as dúvidas e terem condições de se exercitarem para que, dessa forma, as mesmas pudessem se sentir mais seguras e preparadas para abrirem seu próprio empreendimento e serem responsáveis por ele.

No entanto, alguns sujeitos, como pudemos observar anteriormente conseguiram organizar seu próprio empreendimento, como veremos nos depoimentos seguintes:

*Em casa abri um mini salão, tem maca para depilação, faço unha e tem espelho que corto cabelo. Estou melhorando ele aos pouquinhos (Sujeito 11, 48 anos).*

*Na área, ou na sala da minha casa, ou na casa da cliente, e minha filha também fez o curso, então compramos os materiais de segunda mão e utilizamos as duas (Sujeito 18, 51anos).*

*Comprei as coisas que precisava, estou trabalhando na minha casa mesmo e lá atendo minhas clientes (Sujeito 29, 42anos).*

*Quando faço na minha casa, a unha faço na área e quando é depilação faço no quarto, ou senão vou na casa da cliente.(Sujeito 13, 31 anos).*

Entendemos que por ser uma profissão que não precisa necessariamente ter um ponto fixo, as usuárias têm a facilidade de executarem seu serviço na sua própria residência ou na dos clientes.

Um outro enfoque importante a ser ressaltado é que no Programa Inclusão Produtiva, na fase 01 (Preparação para o Trabalho e Renda) é explanado pelo assistente social sobre as exigências do mercado de trabalho e suas principais transformações, o que foi de extrema importância no contexto profissional das usuárias, pois elas puderam utilizar-se de estratégias quando se depararam na prática, com o atual mercado de trabalho competitivo que exige alternativas para se sobressair e, assim gerar cada vez mais renda, conforme a fala dos sujeitos abaixo:

*Costumo fazer pacotes profissionais porque a concorrência é grande*

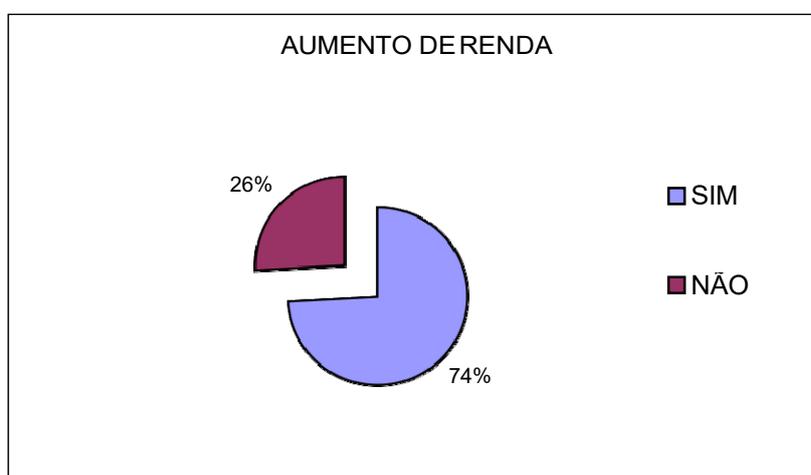
RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 19, p. 01-80, jan/jun.2007.  
SOUZA, Cristiane Fátima; CHECHETO, Josiane; MUNIZ, Egli. A eficácia do serviço preparação para o trabalho e renda do programa de inclusão produtiva no município de Bauru.

*(Sujeito 36, 43 anos).*

*Quando vou até a casa da cliente, e coloco o valor do vale transporte sobre o preço, e também faço pacotes com o preço mais barato para atrair os clientes (Sujeito 05, 42 anos).*

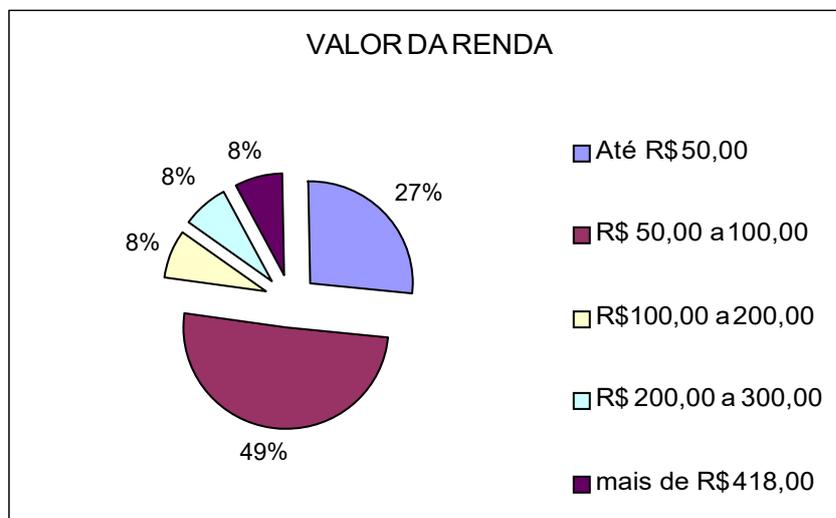
Ressaltamos que um dos objetivos do Programa Inclusão Produtiva é capacitar os participantes em diferentes áreas, possibilitando geração de trabalho e renda, garantindo sua auto-sustentação.

Por isso, o aumento da renda familiar é um dos indicadores de avaliação de resultados do Programa, desta forma, também foi um dos aspectos que evidenciaram a necessidade deste estudo.



Analisando o gráfico acima, percebe-se que 74 % das usuárias estão gerando renda e aumentando com isto a renda familiar após o término do curso, o que demonstra que o Serviço tem sido eficaz, visto que a maioria têm conseguido gerar através dos subsídios que o curso proporcionou.

Ao se desvelar que a maioria das usuárias estão gerando renda, questionamos o valor mensal e obtivemos a seguinte resposta:



Destaca-se que 49% das usuárias tem gerado renda entre R\$ 50,00 a R\$ 100,00, e 27% das usuárias até R\$ 50,00, e 8% tem alcançado renda superior a R\$ 418,00, seguindo também com 8% que tem gerado renda de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 e de R\$ 100,00 a R\$ 200,00.

Verificamos que o maior índice de renda tem sido apenas de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. Sabemos que para a sociedade esse valor é visto como insignificante mas, na vida das usuárias, tem modificado o seu contexto familiar, pois através deste valor tiveram condições de adquirir o básico para seu sustento e de sua família, como evidenciado abaixo, na fala dos sujeitos:

*Um dinheirinho que entra você consegue comprar um shampoo, um desodorante. Ou senão dez reais que você ganha já dá pra comprar mistura, daí uma semana você compra salsicha, na outra você compra uma costela e tem semana que você consegue até comprar um bife. (Sujeito 18, 51 anos).*

*Agora consigo gerar meu próprio sustento, eu sei que ainda não é muito, mas já é alguma coisa. Então estamos todos confiantes, porque podemos ter mais qualidade de vida, além de ajudar nas despesas da casa. (Sujeito 25, 38 anos).*

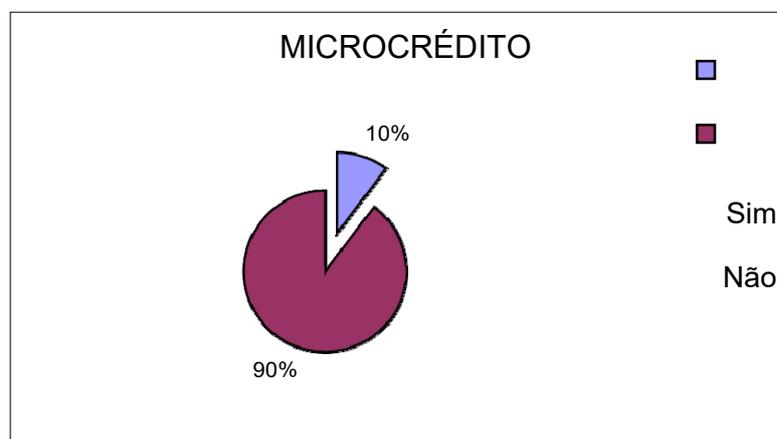
*Com esse dinheiro ajuda comprar mais coisas para minha casa, principalmente na questão da alimentação. (Sujeito 27, 24anos).*

*Com o dinheiro que ganho tenho conseguido comprar as minhas coisas fazer prestações e pagar meu financiamento (microcrédito). (Sujeito 36, 43 anos).*

Analisando as falas, constatamos que têm ocorrido mudanças significativas na vida das usuárias, bem como de sua família. O valor obtido com o novo trabalho tem sido um complemento na renda que tem possibilitado a aquisição de bens de consumo básicos, mas que anteriormente a família não tinha condições de adquirir.

No entanto, sabendo da dificuldade que as usuárias têm para a aquisição de equipamentos e matérias necessários para iniciarem seu empreendimento, a SEBES criou o serviço de microcrédito para facilitar a implementação.

Quando questionamos se os sujeitos utilizaram o microcrédito para a obtenção de recursos materiais para o desenvolvimento do seu trabalho, obtivemos os seguintes resultados:



Segundo o gráfico, podemos observar que apenas 10% das usuárias utilizaram do

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 19, p. 01-80, jan/jun.2007.  
SOUZA, Cristiane Fátima; CHECHETO, Josiane; MUNIZ, Egli. A eficácia do serviço preparação para o trabalho e renda do programa de inclusão produtiva no município de Bauru.

microcrédito para abrirem seu próprio negócio e 90% não utilizaram por diversos motivos, como exposto nas falas abaixo:

*Pensei que não poderia fazer porque tenho o nome no Serasa e não tenho renda nenhuma. (Sujeito 21, 54 anos)*

*Não sabia que podia comprar poucas coisas, achei que tinha que abrir o salão. (Sujeito 23, 46 anos).*

*Não conhecia direito e as meninas que fizeram, me disseram que dá muito trabalho. (Sujeito 11,48 anos).*

*Tinha medo do compromisso, de se enrolar, de não ter clientes e acabar me endividando, mas agora acho que vou fazer estou me sentindo mais segura (Sujeito 01, 34 anos).*

*Preferi ir comprando aos poucos, porque senão comprar tudo de uma vez, daí depois não tem cliente e não tem como pagar (Sujeito 08, 22 anos).*

Entendemos que muitas usuárias deixaram de utilizar o microcrédito devido à falta de informação sobre o assunto e por falta de terem um acompanhamento efetivo, um suporte para as auxiliarem no processo de financiamento de recursos.

Porém, algumas usuárias optaram por adquirir os materiais necessários de outras formas, realizando pequenas prestações em lojas, comprando materiais de segunda mão, por se sentirem inseguras em contrair dívidas.

Concluimos que o Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa Inclusão Produtiva revela-se eficaz, principalmente no que diz respeito à inserção no mercado

de trabalho informal, visto que a maioria das entrevistadas conseguiram gerar renda através deste trabalho. Um outro ponto a ser evidenciado foi a abertura do próprio empreendimento e com isso a geração de renda ou o aumento da mesma, o que tem modificado o contexto das famílias atendidas.

Muitas usuárias não tiveram condições de abrir seu próprio negócio devido a não terem condições financeiras, mesmo tendo sido oferecidas informações sobre como adquirir o microcrédito. Muitas não utilizaram por estarem com dúvida sobre a utilização do mesmo e a grande maioria por não se sentirem seguras para contrair dívidas.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi constatar os resultados do Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva desenvolvidos pelas entidades FUNDATO/ Naf - Real e Lar Escola Rafael Mauricio, no 2º semestre de 2007, em relação à efetiva geração de renda ou seu aumento após o término do curso. Fundamentou-se na hipótese de que as usuárias do programa, após realizarem os três módulos do curso (módulo de aprendizagem, módulo gerencial e módulo de desenvolvimento humano), passam a ter qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho formal / informal.

Ao identificar o perfil dos sujeitos para se desvelar quais as características das usuárias ao ingressaram no programa, verificou-se que as mulheres possuem entre 26 a 39 anos, possuem baixo nível de escolaridade, sendo que a maior parte delas possui apenas o ensino fundamental incompleto.

Evidenciou-se que a maioria é casada e tem em média de 1 a 3 filhos. Mesmo que possuam um companheiro, há uma preocupação de tentar ajuda-los na complementação da renda familiar por meio da operacionalização do que foi aprendido nos cursos oferecidos pelas entidades em parceria com a SEBES (Secretaria do Bem Estar Social).

O estudo evidenciou que a realidade vivenciada por essas mulheres é o retrato fiel de nosso sistema o qual, com o agravamento da crise econômica social originada pela internacionalização da economia de mercado, a reestruturação tecnológica e organizacional nos setores produtivos e de serviço, tem trazido como conseqüência a aceleração do desemprego e a exclusão de enormes massas de famílias menos preparadas para competir pelo pequeno número de empregos num mercado de trabalho extremamente exigente e excludente.

O novo contexto das políticas sociais estabelece a família como foco central para implantação de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento social. O Programa de Inclusão Produtiva é uma alternativa para falta de trabalho, baixa escolaridade e desqualificação profissional, conseqüentemente faltam de recursos para o seu sustento básico.

Estes desafios impostos à sociedade e aos governos, relacionados à exclusão social, passam necessariamente pela capacidade de promover políticas e ações para geração de trabalho e renda.

Mesmo que as ações sejam desenvolvidas em lugares diferentes, ressaltamos que muitos problemas são iguais para a maioria, ou seja, não ingressar no mercado de trabalho, não ter participação ativa em sua comunidade, dentre outros.

Destacou-se que a maioria das usuárias abriram seu próprio negócio, uma vez que os cursos realizados oferecem essa alternativa, permitindo a prestação dos serviços na sua própria residência ou na do cliente.

O estudo permitiu constatar que 74 % dos sujeitos tem gerado renda após a conclusão do curso, o que tem propiciado a essas famílias uma melhor qualidade de vida, garantindo dessa forma suas necessidades básicas. Foi verificado que 49% tiveram entre R\$50,00 a R\$100,00 de aumento de renda. Após os dados obtidos percebemos que a renda adquirida, na visão da sociedade, de um modo geral, é avaliada como insignificante, mas conforme demonstrado pelas usuárias, constituem-se de suma importância para algumas famílias que eram desprovidas de renda, dessa forma propiciando alterações no contexto familiar.

Estes foram os principais resultados que o estudo permitiu constatar, em relação ao principal objetivo traçado, que foi desvelar os resultados do Serviço de Preparação para o Trabalho e Renda do Programa de Inclusão Produtiva nas regiões oeste e nordeste do município de Bauru.

Verificamos que o módulo de desenvolvimento humano é de aspecto relevante, visto que as usuárias demonstraram melhora no convívio familiar e enquanto pessoa, desenvolvendo sua autonomia e se tornando sujeitos de sua própria ação.

Os objetivos propostos para a realização da pesquisa foram alcançados. O estudo foi de extrema importância, pois nos proporcionou conhecimento mais profundo sobre o tema, bem como contribuirá na formação profissional, já que o serviço social é uma profissão interventiva e investigativa a qual trabalha com as relações sociais. É preciso ampliar o olhar sobre o trabalho que se realiza para assim atender as novas demandas que se colocam nas diferentes formas de se organizar, frente aos programas de atendimento a família. Concluímos que a hipótese do estudo foi confirmada.

Para superação das dificuldades apresentadas sugere-se que haja um acompanhamento mais efetivo no sentido de que as usuárias se sintam mais seguras para abrirem seu próprio negócio. Uma outra sugestão refere-se a que o módulo de aprendizagem possua uma carga horária mais ampla, propiciando especializações nas áreas dos cursos oferecidos.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas. GRIFFITHS, FALLER, Maria Amalia Vitale. Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo, SP: Ed. Cortez, 2005. 316 p.

ALAYON, Norberto. Assistência e Assistencialismo. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1992. 150 p.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2002. 200 p.

ARRUDA, Marcos, 1996, Brasil e Globalização: Oportunidades e Desafios, PACS, Rio de Janeiro e CESE, Revista 'Debate', n. 5, Ano VI, julho 1996, Salvador, BA.

BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In KALOUSTIAN, S.M. (org) Família brasileira: a base de tudo. 4 ed. São Paulo, SP: Editora Cortez, Brasília DF: UNICEF, 2000. p.60-76.

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8742, 07 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

CAMPOS, André. et all. (organizadores). Atlas da exclusão social no Brasil, vol 2: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2003. 167p.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt (org). A família contemporânea em debate. São Paulo, SP: Cortez, 1995. 124 p.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo, SP: IEE/PUC – SP, 2001. 224 p.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1996. 176 p.

DEMO, Pedro. Pobreza da pobreza. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003. 389 p.

DEMO, Pedro. Educação pelo Averso: Assistência como Direito e como Problema. 2ª edição. São Paulo, SP Editora Cortez, 2002. 120p.

FALEIROS, Vicente de Paula. Identidade/Coletiva/Cidadania. Revista Serviço Social e Sociedade, n.39, 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

FRANCO, Augusto de. Além da renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento. Brasília, DF: Compukromus, 2000. 260p.

HARMAN, Willis; GRIFFITHS, HORMANN, John. O trabalho criativo; o papel construtivo dos negócios numa sociedade em transformação. 12ª edição. São Paulo, SP: Cultrix, 1997. 240p.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octávio. A sociedade Global. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1992.

MARTINS, J.S. Exclusão Social e Nova Desigualdade. São Paulo, SP Editora Paulus, 1997, 140 p.

MARTINELLI, Maria. Lúcia. O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 172 p.

NORMA Operacional Básica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

PAUGAM, S. A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo, SP Editora Cortez, 2003. 331p.

PEREIRA, Potyara Amozoneida P. Necessidades humanas. São Paulo, SP: Cortez, 2000. 215 p.

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. São Paulo, SP: Ed. Cortez e Fundação Perseu Abramo, 2002. 255 p.

POCHMANN, Marcio. Trabalho sob fogo cruzado. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 1999. 205 p.

PROTEÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília, jun. 2006 Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao->

[social- básica/paif/guia\\_orientacoes\\_protecao\\_basica\\_cras.pdf](#).> Acesso em: 29 jun. 2008.

QUIROGA, Cristiano Cardoso. Administração do trabalho informal. São Paulo, SP: Disponível em: <http://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social23.pdf>. Acessado em 12/10/2008.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. Encarte. N.80, São Paulo, SP: Editora Cortez, 2005. 78 p.

RIFKIN, Jeremy. O Fim dos Empregos: O Declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força Global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995. 368 p.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo, SP: M. Books, 2004. 340 p.

SALAMA, P. GRIFFITHS, VALIER, J. Pobreza e desigualdades no 3º mundo. São Paulo, SP: Nobel, 1997.

SANTOS, Osmar Almeida. Futuro do trabalho na era tecnológica. São Paulo, SP. Editora Texto Novo, 1997, 74 p.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2005. 152 p.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. Rio de Janeiro, RJ. FGV, 2004. 208p.

SILVA, Maria. Ozanira da Silva e. Renda Mínima e reestruturação produtiva. São Paulo, SP: Ed. Cortez, 1997. 168 p.

SOROS, George. Globalização. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2002. 208 p.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Renda mínima e crise mundial: Saída ou agravamento?. São Paulo, SP. Editora Cortez, 1997. 173 p.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise. São Paulo, SP: Cortez. 1992,

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 19, p. 01-80, jan/jun.2007.  
SOUZA, Cristiane Fátima; CHECHETO, Josiane; MUNIZ, Egli. A eficácia do serviço preparação para o trabalho e renda do programa de inclusão produtiva no município de Bauru.

TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida: família trabalho e direitos entre classes trabalhadoras urbanas. Revista Perspectiva. São Paulo, SP 4(2) p. 37-45,abr/jun.1990

TEIXEIRA, Francisco Jose Soares, (Org). Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo, SP: Cortez,1998. 252 p.

TRIPODI, Tony. Avaliação de programas sociais. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves Editora, 1975. 116 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo, SP: Ed. Cortez. 2006, 184p.